

Coleção

Edital Sistematizado

Baseado na metodologia

Questão ^{sem} primeiro

Leonardo Garcia
Roberval Rocha
Organizadores

Ighor Fernando Rocha Galvão
Coordenação e pesquisa de jurisprudência

Caderno de Treino

POLICIAL CIVIL

AGENTE, ESCRIVÃO, INSPETOR, INVESTIGADOR,
PAPILOSCOPISTA E OUTROS CARGOS

Edital Sistematizado com Questões e Jurisprudência

2021

DIREITO PENAL

VOLUME DE QUESTÕES



ALTO

1. DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

SÚMULAS

STF Súmula 611. Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação de lei mais benigna.

STF Súmula 711. A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

STJ Súmula 501. É cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n. 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. (AOCP/PC/ES/Escrivão/2019) O Direito Penal brasileiro considera como momento do cometimento do crime:

- desde o seu planejamento.
- quando atingido o resultado pretendido.
- o momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- quando chega ao conhecimento das autoridades competentes.
- o momento do cometimento do crime é irrelevante para o Direito Penal.

2. (AOCP/PC/ES/Escrivão/2019) No Direito Penal brasileiro, é considerado o lugar do crime, tanto o lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado (art. 6º do Código Penal). A junção dessas hipóteses é chamada de teoria da:

- ubiquidade.
- territorialidade.
- extraterritorialidade.
- causalidade.
- funcionalidade.

3. (AOCP/PC/ES/Escrivão/2019) A impossibilidade de a lei penal nova mais gravosa ser aplicada em caso ocorrido anteriormente à sua vigência é chamada de:

- princípio da ultra-atividade da lei nova.
- princípio da legalidade.

- princípio da irretroatividade.
- princípio da normalidade.
- princípio da adequação.

4. (AOCP/PC/ES/Escrivão/2019) O art. 1º do Código Penal afirma que não há crime sem lei anterior que o defina e que não há pena sem prévia cominação legal. O mencionado dispositivo corresponde a qual princípio de direito penal?

- princípio da legalidade.
- princípio da proibição de pena indigna.
- princípio da proporcionalidade.
- princípio da igualdade.
- princípio da austeridade.

5. (AOCP/PC/ES/Investigador/2019) Segundo dispõe o artigo 7º, inciso I, do Código Penal, fica sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro, o crime:

- de genocídio, ainda que o agente seja estrangeiro e não resida no Brasil.
- contra o patrimônio do Presidente da República.
- contra a liberdade de Ministro das Relações Exteriores.
- contra o patrimônio de fundação instituída pelo Poder Público.
- contra a vida de empregado de Sociedade de Economia Mista.

6. (AOCP/PC/ES/Investigador/2019) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta:

- ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, mas não os efeitos penais da sentença condenatória.
- a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- considera-se praticado o crime no momento em que o agente atinge o resultado pretendido.
- em nenhuma situação, a lei brasileira pode ser aplicada aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada.

7. (Fumarc/PC/MG/Investigador/2014) Sobre a Lei Penal, é correto afirmar que:

- a) não retroage, salvo para beneficiar o réu.
- b) não retroage, salvo se o fato criminoso ainda não for conhecido.
- c) retroage, salvo disposição expressa em contrário.
- d) retroage, se ainda não houver processo penal instaurado.

8. (Cespe/PC/GO/Agente/2016) João, que acabara de completar dezessete anos de idade, levou sua namorada Rafaela, de doze anos e onze meses de idade, até sua casa. Considerando ser muito jovem para namorar, a garota aproveitou a oportunidade e terminou o relacionamento com João. Inconformado, João prendeu Rafaela na casa, ocultou sua localização e forçou-a a ter relações sexuais com ele durante o primeiro de treze meses em que a manteve em cativeiro. Após várias tentativas frustradas de fuga, um dia antes de completar quatorze anos de idade, Rafaela, em um momento de deslize de João, conseguiu pegar uma faca e lutou com o rapaz para, mais uma vez, tentar fugir. Na luta, João tomou a faca de Rafaela e, após afirmar que, se ela não queria ficar com ele, não ficaria com mais ninguém, desferiu-lhe um golpe de faca. Rafaela fingiu estar morta e, mesmo ferida, conseguiu escapar e denunciar João, que fugiu após o crime, mas logo foi encontrado e detido pela polícia. Rafaela, apesar de ter sido devidamente socorrida, entrou em coma e faleceu após três meses. Nessa situação hipotética, João:

- a) responderá pelo crime de tentativa de homicídio.
- b) responderá por crime de estupro de incapaz, previsto no CP.
- c) não responderá pelo crime de estupro segundo a lei penal, de acordo com a teoria adotada pelo CP em relação ao tempo do crime.
- d) não poderá ser submetido à lei penal pelo cometimento de crime de cárcere privado, pois, à época do crime, ele era menor de idade.
- e) responderá pelo crime de homicídio, sem aumento de pena por ter cometido crime contra pessoa menor de quatorze anos de idade, uma vez que Rafaela, à época da morte, já havia completado quatorze anos de idade.

9. (Aroeira/PC/TO/Agente/2014) Ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro, o agente brasileiro será punido segundo a lei brasileira, caso pratique, no exterior, crime:

- a) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- b) que ocorra em aeronaves brasileiras, mercantes ou de propriedade privada.
- c) de genocídio.
- d) de qualquer espécie.

10. (Cespe/PC/PE/Agente/2016) Considere que tenha sido cometido um homicídio a bordo de um navio petroleiro de uma empresa privada hondurenha ancorado no porto de Recife/PE. Nessa situação hipotética:

- a) o comandante do navio deverá ser compelido a tirar, imediatamente, o navio da área territorial brasileira e o crime será julgado em Honduras.
- b) o crime será apurado diretamente pelo Ministério Público brasileiro, dispensando-se o inquérito policial, em função da eventual repercussão nas relações diplomáticas entre os países envolvidos.
- c) a investigação e a punição do fato dependerão de representação do comandante do navio.
- d) nada poderá fazer a autoridade policial brasileira: navios e aeronaves são extensões do território do país de origem, não estando sujeitos às leis brasileiras.

e) caberá à autoridade policial brasileira instaurar, de ofício, o inquérito policial para investigar a materialidade e a autoria do delito, que será punido conforme as leis brasileiras.

11. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2013) A bordo de um avião da Força Aérea Brasileira, em sobrevoo pelo território argentino, Andrés, cidadão guatemalteco, disparou dois tiros contra Daniel, cidadão uruguaio, no decorrer de uma discussão. Contudo, em virtude da inabilidade de Andrés no manejo da arma, os tiros atingiram Hernando, cidadão venezuelano que também estava a bordo. Nessa situação, em decorrência do princípio da territorialidade, aplicar-se-á a lei penal brasileira.

12. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2013) Jurandir, cidadão brasileiro, foi processado e condenado no exterior por ter praticado tráfico internacional de drogas, e ali cumpriu seis anos de pena privativa de liberdade. Pelo mesmo crime, também foi condenado, no Brasil, a pena privativa de liberdade igual a dez anos e dois meses. Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Penal, a pena privativa de liberdade a ser cumprida por Jurandir, no Brasil, não poderá ser maior que quatro anos e dois meses.

13. (Funcab/PC/ES/Assistente/2013) Segundo o Código Penal, considera-se praticado o crime no lugar:

- a) em que ocorreu o resultado, pouco importando a ação ou a intenção do agente, adotando-se a teoria do resultado ou do evento.
- b) no qual se realizou a conduta típica, sendo irrelevante a localização dos efeitos do crime, adotando-se a teoria da ação ou da atividade.
- c) onde, segundo a intenção do agente, deveria ocorrer o resultado, adotando-se a teoria da intenção.
- d) em que se verificou o ato executivo, independentemente do local do resultado, adotando-se a teoria da ação a distância ou da longa mão.
- e) tanto onde ocorrida a ação quanto onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, ou ainda no lugar do bem jurídico atingido, adotando-se a teoria pura da ubiquidade, mista ou unitária.

14. (Cespe/PC/BA/Investigador/2013) A extraterritorialidade da lei penal condicionada e a da incondicionada têm como elemento comum a necessidade de ingresso do agente no território nacional.

15. (Funcab/PC/ES/Escrivão/2013) O marinheiro Jonas matou seu colega de farda a bordo do navio-escola NE Brasil, da Marinha Brasileira, quando o navio estava em águas sob soberania do Japão. Assim:

- a) a lei penal brasileira será aplicada ao caso, em razão do princípio da territorialidade.
- b) a lei penal brasileira será aplicada ao caso, em razão do princípio do pavilhão.
- c) a lei penal brasileira será aplicada ao caso, em razão do princípio da justiça universal.
- d) a lei penal brasileira será aplicada ao caso, em razão do princípio da defesa.
- e) a lei penal japonesa será aplicada ao caso, em razão do crime ter ocorrido em águas sob soberania do Japão.

16. (UEG/PC/GO/Agente/2013) Em tema de aplicação da lei penal no espaço, tem-se como princípio reitor, o da:

- a) proteção.
- b) personalidade passiva.
- c) personalidade ativa.
- d) territorialidade.

17. (Vunesp/PC/BA/Investigador/2018) Sobre a territorialidade e a extraterritorialidade da lei penal, previstas nos artigos 5º e 7º do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) ao crime cometido no território nacional, aplica-se a lei brasileira, independentemente de qualquer convenção, tratado ou regra de direito internacional.
- b) ao autor de crime praticado contra a liberdade do Presidente da República quando em viagem a país estrangeiro, aplica-se a lei do país em que os fatos ocorrerem.
- c) embarcação brasileira a serviço do governo brasileiro, para os efeitos penais, é considerada extensão do território nacional.
- d) crime cometido no estrangeiro, praticado por brasileiro, fica sujeito à lei brasileira independentemente da satisfação de qualquer condição.
- e) aplica-se a lei brasileira ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, independentemente da satisfação de qualquer condição.

18. (Vunesp/PC/CE/Inspetor/2015) Nos termos do Código Penal e em relação à territorialidade, é correto afirmar que, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada:

- a) é vedada a aplicação da lei brasileira se as aeronaves estiverem em voo no espaço aéreo correspondente e se as embarcações estiverem em mar territorial do Brasil.
- b) não se aplica a lei brasileira ao crime cometido a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, ainda que aquelas estejam em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- c) será aplicada a lei brasileira se as aeronaves estiverem em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e as embarcações estiverem em porto ou mar territorial do Brasil.
- d) será aplicada a lei brasileira se as embarcações estiverem em porto brasileiro, mas é vedada a aplicação da lei brasileira se as embarcações estiverem em mar territorial do Brasil.
- e) será aplicada a lei brasileira se as aeronaves estiverem em pouso no território nacional, sendo vedada a aplicação da lei brasileira se as aeronaves estiverem em voo no espaço aéreo correspondente.

19. (Vunesp/PC/CE/Escrivão/2015) Na data de 03 de outubro de 2014, na cidade de Aquiraz – CE, o indivíduo B efetuou dois disparos de arma de fogo contra a pessoa C, que foi socorrida no Hospital mais próximo. A pessoa C foi posteriormente transferida para um Hospital na cidade de Fortaleza – CE, local em que faleceu na data de 09 de outubro de 2014, em decorrência dos disparos de arma de fogo efetuados pelo indivíduo B na cidade de Aquiraz – CE. Assinale a alternativa correta em relação ao lugar e tempo do crime praticado pelo indivíduo B, segundo o previsto no Código Penal:

- a) considera-se o lugar do crime tanto aquele em que ocorreram os disparos de arma de fogo na cidade de Aquiraz – CE quanto o local em que a pessoa C faleceu na cidade de Fortaleza – CE; e o tempo do crime, tanto o dia 03 quanto o dia 09 de outubro de 2014.
- b) considera-se o lugar do crime aquele em que a pessoa C faleceu na cidade de Fortaleza – CE; e o tempo do crime o dia 09 de outubro de 2014
- c) considera-se o lugar do crime tanto aquele em que ocorreram os disparos de arma de fogo na cidade de Aquiraz – CE quanto o local em que a pessoa C faleceu na cidade de Fortaleza – CE; e o tempo do crime, o dia 09 de outubro de 2014.

d) considera-se o lugar do crime aquele em que ocorreram os disparos de arma de fogo na cidade de Aquiraz – CE; e o tempo do crime, o dia 09 de outubro de 2014.

e) considera-se o lugar do crime tanto aquele em que ocorreram os disparos de arma de fogo na cidade de Aquiraz – CE quanto o local em que a pessoa C faleceu na cidade de Fortaleza – CE; e o tempo do crime, o dia 03 de outubro de 2014.

20. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2013) A lei penal que, de qualquer modo, beneficia o agente tem, em regra, efeito extra-ativo, ou seja, pode retroagir ou avançar no tempo e, assim, aplicar-se ao fato praticado antes de sua entrada em vigor, como também seguir regulando, embora revogada, o fato praticado no período em que ainda estava vigente. A única exceção a essa regra é a lei penal excepcional ou temporária que, sendo favorável ao acusado, terá somente efeito retroativo.

21. (Cespe/PC/PE/Escrivão/2016) Um crime de extorsão mediante sequestro perdura há meses e, nesse período, nova lei penal entrou em vigor, prevendo causa de aumento de pena que se enquadrava perfeitamente no caso em apreço. Nessa situação hipotética:

- a) a lei penal mais grave não poderá ser aplicada: o ordenamento jurídico não admite a “novatio legis in pejus”.
- b) a lei penal menos grave deverá ser aplicada, já que o crime teve início durante a sua vigência e a legislação, em relação ao tempo do crime, aplica a teoria da atividade.
- c) a lei penal mais grave deverá ser aplicada, pois a atividade delitiva prolongou-se até a entrada em vigor da nova legislação, antes da cessação da permanência do crime.
- d) a aplicação da pena deverá ocorrer na forma prevista pela nova lei, dada a incidência do princípio da ultratividade da lei penal.
- e) a aplicação da pena ocorrerá na forma prevista pela lei anterior, mais branda, em virtude da incidência do princípio da irretroatividade da lei penal.

22. (Cespe/PC/BA/Investigador/2013) Suponha que Leôncio tenha praticado crime de estelionato na vigência de lei penal na qual fosse prevista, para esse crime, pena mínima de dois anos. Suponha, ainda, que, no transcorrer do processo, no momento da prolação da sentença, tenha entrado em vigor nova lei penal, mais gravosa, na qual fosse estabelecida a duplicação da pena mínima prevista para o referido crime. Nesse caso, é correto afirmar que ocorrerá a ultratividade da lei penal.

23. (Cespe/PC/BA/Investigador/2013) No delito continuado, a lei penal posterior, ainda que mais gravosa, aplica-se aos fatos anteriores à vigência da nova norma, desde que a cessação da atividade delituosa tenha ocorrido em momento posterior à entrada em vigor da nova lei.

24. (Funcab/PC/ES/Assistente/2013) Assinale a alternativa correta a respeito da aplicação da lei penal no tempo:

- a) a lei anterior, quando for mais favorável, terá ultra – atividade e prevalecerá mesmo ao tempo de vigência da lei nova, apesar de já estar revogada.
- b) ninguém pode ser condenado por fato que lei posterior deixa de considerar crime, mas não cessam, em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória proferida sob a égide da lei anterior.
- c) aplica-se ao crime a lei vigente no momento em que se verificar o seu resultado.
- d) a lei nova incriminadora deve ser aplicada também aos fatos criminosos praticados antes de sua vigência, desde que não haja sentença absolutória transitada em julgado.

- e) nos crimes permanentes, não se aplica a lei penal mais grave, em vigor antes de cessar a permanência, que seja posterior ao início de sua execução.

25. (Fundatec/PC/RS/Escrivão/2018) A regra geral em direito é a aplicação da lei vigente à época dos fatos (*tempus regit actum*). No campo penal, não ocorre de maneira diferente, pois, ao crime cometido em determinada data, aplicar-se-á a lei penal vigente ao dia do fato. Considerando o conceito e o alcance da lei penal no tempo, assinale a alternativa incorreta:

- a) a exceção à regra geral é a extraterritorialidade, ou seja, a possibilidade de aplicação de uma lei a fatos ocorridos fora do âmbito de sua vigência. O fenômeno da extraterritorialidade, no campo penal, realiza-se em dois ângulos: retroatividade e ultraterritorialidade.
- b) a ultraterritorialidade é a aplicação da norma penal benéfica a fato criminoso acontecido antes do período da sua vigência.
- c) o Código Penal Brasileiro, no artigo 2º, faz referência somente à retroatividade, pelo fato de estar analisando a aplicação da lei penal sob o ponto de vista da data do fato. Desta maneira, ou se aplica o princípio regra (*tempus regit actum*), se for o mais benéfico, ou se aplica a lei penal posterior, se for a mais benigna (retroatividade).
- d) para a definição da lei penal mais favorável, deve-se ter em vista, como marco inicial, a data do cometimento da infração penal, e, como marco final, a extinção da punibilidade pelo cumprimento da pena ou outra causa qualquer. De toda sorte, durante a investigação policial, processo ou execução da pena, toda e qualquer lei penal favorável, desde que possível a sua aplicação, deve ser utilizada em favor do réu.
- e) a abolição do delito (*abolitio criminis*) é um fenômeno que ocorre quando uma lei posterior deixa de considerar crime determinado fato. Essa hipótese gera a extinção da punibilidade.

26. (IBFC/PC/RJ/Papiloscopista/2014) Suponha que um indivíduo primário, de bons antecedentes e não dedicado a atividades criminosas tenha praticado um tráfico ilícito de entorpecentes no mês de julho de 2006, quando estava em vigor a Lei n. 6.368/76, que previa a pena de reclusão de 3 (três) a 15 (quinze) anos para o referido delito. Na data de seu julgamento já vigora a Lei n. 11.343/06, que prevê, para o referido crime, pena de reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e uma causa de diminuição de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) para o agente primário, de bons antecedentes, que não se dedique a atividades criminosas e que não integre organização criminosa. Levando em consideração a situação hipotética narrada e o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta em relação à aplicação da lei penal neste caso:

- a) é incabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/06, mesmo que mais benéfica ao réu, pois o fato ocorreu quando estava em vigor a Lei n. 6.368/76.
- b) é cabível a aplicação da pena prevista na Lei n. 6.368/76, com incidência da causa de diminuição prevista na Lei n. 11.343/06, pois o julgador deve alcançar o maior benefício para o réu.
- c) é cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/06, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n. 6.368/76, sendo vedada a combinação de leis penais.
- d) é cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/06, desde que o réu não possua contra si inquéritos policiais e ações penais em curso, pois isso lhe retiraria a primariedade e os bons antecedentes.
- e) é cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/06, ainda que mais prejudicial ao réu, pois a função do Direito Penal é conferir maior rigor punitivo naquelas infrações que a Constituição Federal considera equiparadas às hediondas.

27. (UEG/PC/GO/Agente/2013) Em relação às leis temporárias, o princípio aplicável é o da:

- a) ultraterritorialidade.
- b) sucessão de leis no tempo.
- c) continuidade delitiva.
- d) retroatividade.

28. (Vunesp/PC/CE/Inspetor/2015) Em virtude da seca que assola o país, considere a hipótese em que seja promulgada uma Lei Federal ordinária que estabeleça como crime o desperdício doloso ou culposo de água tratada, no período compreendido entre 01 de novembro de 2014 e 01 de março de 2015. Em virtude do encerramento da estiagem e volta à normalidade, não houve necessidade de edição de nova lei ou alteração no prazo estabelecido na citada legislação. Nessa hipótese, o indivíduo A que em 02 de março de 2015 estiver sendo acusado em um processo criminal por ter praticado o referido crime de “desperdício de água tratada”, durante o período de vigência da lei:

- a) poderá ser condenado pelo crime de “desperdício de água tratada” ainda que o período indicado na lei que previu essa conduta esteja encerrado.
- b) não poderá ser punido pelo crime de “desperdício de água tratada”.
- c) só poderá ser punido pelo crime de “desperdício de água tratada” se houver nova edição da lei no próximo período de seca.
- d) só poderá ser punido pelo crime de “desobediência” em virtude de não mais subsistir o crime de “desperdício de água tratada”.
- e) poderá ser condenado pelo crime de “desperdício de água tratada”, no entanto esta condenação não poderá ser executada.

29. (Vunesp/PC/CE/Escrivão/2015) O indivíduo B provocou aborto com o consentimento da gestante, em 01 de fevereiro de 2010, e foi condenado, em 20 de fevereiro de 2013, pela prática de tal crime à pena de oito anos de reclusão. A condenação já transitou em julgado. Na hipótese do crime de aborto, com o consentimento da gestante, deixar de ser considerado crime por força de uma lei que passe a vigorar a partir de 02 de fevereiro de 2015, assinale a alternativa correta no tocante à consequência dessa nova lei à condenação imposta ao indivíduo B:

- a) a nova lei será aplicada para os fatos praticados pelo indivíduo B, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- b) a nova lei só irá gerar algum efeito sobre a condenação do indivíduo B se prever expressamente que se aplica a fatos anteriores.
- c) a nova lei só seria aplicada para os fatos praticados pelo indivíduo B se a sua entrada em vigência ocorresse antes de 01 de fevereiro de 2015.
- d) não haverá consequência à condenação imposta ao indivíduo B visto que já houve o trânsito em julgado da condenação.
- e) a nova lei será aplicada para os fatos praticados pelo indivíduo B, contudo só fará cessar a execução persistindo os efeitos penais da sentença condenatória, tendo em vista que esta já havia transitado em julgado.

30. (Vunesp/PC/CE/Escrivão/2015) No que diz respeito à contagem de prazo no Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) inicia-se o cômputo do prazo dois dias após o dia do começo.
- b) o dia do começo exclui-se no cômputo do prazo nas hipóteses de crime contra a vida.
- c) o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo.
- d) o dia do começo exclui-se no cômputo do prazo.
- e) o dia do começo é irrelevante no cômputo do prazo.

31. (Funcab/PC/RO/Escrivão/2014) O artigo 3º do Código Penal dispõe: “a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o

período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência”. O referido artigo prevê o fenômeno da:

- coculpabilidade.
- tipicidade conglobante.
- retroatividade da lei.
- “abolitio criminis”.
- ultra-atividade da lei.

32. (Cespe/PC/AL/Agente/2012) As leis penais devem ser interpretadas sem ampliações por analogia, salvo para beneficiar o réu.

33. (FGV/PC/MA/Escrivão/2012) Com relação à aplicação da lei penal, assinale a afirmativa incorreta.

- A lei mais favorável é de aplicação imediata, inclusive no período de “vacatio”.
- Havendo decisão transitada em julgado, cabe ao juiz da execução aplicar a lei mais favorável.
- Reconhecida a abolitio criminis, causa de extinção da punibilidade, os efeitos penais se apagam, permanecendo os efeitos civis.
- A lei intermediária é extrativa.
- Normas penais em branco são aquelas em que há necessidade de complementação por outra norma de mesma fonte legislativa.

34. (Cespe/PC/CE/Inspetor/2012) Se o presidente do STF, em viagem oficial à Itália, for agredido por manifestante contrário à sua presença naquele país, resultando-lhe ferimentos graves, a essa hipótese aplicar-se-á a lei penal brasileira de forma incondicionada, com base no princípio da universalidade, ou da justiça universal.

35. (Cespe/PC/AL/Agente/2012) A teoria da atividade, adotada pelo Código Penal Brasileiro, considera praticado o crime no momento em que ocorre o resultado.

36. (Cespe/PC/AL/Agente/2012) A lei penal mais severa aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente iniciados antes da referida lei, se a continuidade ou a permanência não tiverem cessado até a data da entrada em vigor da “lex gravior”.

37. (Cespe/PC/CE/Inspetor/2012) Aplica-se a “novatio legis in mellius” aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado, sem que haja violação à regra constitucional da preservação da coisa julgada.

38. (Ipad/PC/AC/Agente/2012) Sobre a retroatividade da Lei Penal, é correto afirmar que:

- caso haja a descriminalização de determinada conduta, serão beneficiados aqueles que a cometeram, ainda que tal prática tenha ocorrido em data anterior à revogação da lei incriminadora.
- àquele que tenha cometido determinada conduta, e esta tenha sido prevista como crime apenas em data posterior à prática do ato é possível a aplicação da penalidade, desde que a ação seja proposta dentro do prazo prescricional.
- a retroatividade da Lei Penal ocorre tanto em benefício quanto em desfavor do réu.
- o regramento constitucional relativo à retroatividade da Lei Penal segue o axioma jurídico “in dubio pro societate”.
- os benefícios da retroatividade da Lei Penal não podem ser aplicados em casos de crimes punidos com pena de reclusão.

39. (Ipad/PC/AC/Agente/2012) Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa correta.

- Considera-se o momento do crime aquele em que foi atingido o resultado delituoso, sendo irrelevante a data em que tenha sido praticada a ação.
- Embarcação pública a serviço do governo brasileiro, uma vez tendo ingressado em território estrangeiro, passa a ser considerada, para efeitos penais, extensão deste.
- Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- Considera-se lugar do crime apenas aquele onde ocorreu a ação, sendo irrelevante o local do resultado.
- A sentença penal estrangeira não pode produzir qualquer efeito jurídico no território brasileiro.

40. (Cespe/PC/AL/Agente/2012) Cessado o estado de guerra, as leis excepcionais editadas para valer durante o referido período tornam-se ineficazes, devido à “abolitio criminis”.

2. DO CRIME

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

SÚMULAS

STF Súmula 145. Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

INFORMATIVOS

STF Causa de diminuição: pagamento do principal e arrependimento posterior. É suficiente que ocorra arrependimento, uma vez reparada parte principal do dano, até o recebimento da inicial acusatória, sendo inviável potencializar a amplitude da restituição. HC 165312/SP, rel. min. Marco Aurélio, j. 14.4.2020. 1ª T. (Info 973).

STJ Qualificadora. Meio cruel. Dolo eventual. Compatibilidade. A qualificadora do meio cruel é compatível com o dolo eventual. REsp 1.829.601, rel. min. Nefi Cordeiro, 6ª T, DJ 12.2.2020. (Info 665).

QUESTÕES OBJETIVAS

41. (FGV/PC/MA/Escrivão/2012) Com relação às causas de exclusão de ilicitude, assinale a afirmativa correta.

- O inimputável por não ter consciência de seu agir, não pode alegar legítima defesa.
- Aquele que anteriormente provocou o agressor, não pode alegar legítima defesa.
- O agente que culposamente criou a situação de perigo, não pode alegar ter atuado em estado de necessidade para se livrar daquela situação perigosa.
- Aplicada a teoria da tipicidade conglobante, houve o esvaziamento de todas as causas de exclusão de ilicitude.
- Aquele que mata um cachorro que o atacava por ordem de terceira pessoa, pode alegar a presença da excludente da legítima defesa.

42. (AOC/PC/ES/Investigador/2019) O agente que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, age amparado por qual causa excludente de ilicitude?

- legítima defesa.
- estado de necessidade.
- estrito cumprimento de dever legal.

- d) exercício regular de direito.
- e) consentimento do ofendido.

43. (AOC/PC/ES/Escritório/2019) No Direito Penal brasileiro, o chamado estado de necessidade é:

- a) causa de agravamento da pena.
- b) causa de exclusão de ilicitude.
- c) quando o agente pratica o delito para satisfazer uma necessidade de pessoal.
- d) causa de perdão judicial.
- e) quando o agente atua em legítima defesa.

44. (AOC/PC/ES/Investigador/2019) Assinale a alternativa correta:

- a) o desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
- b) se o fato é cometido sob coação resistível, só é punível o autor da coação.
- c) se o fato é cometido em estrita obediência à ordem, ainda que manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da ordem.
- d) o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado isenta de pena.
- e) o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e não permite a punição por crime culposos, ainda que previsto em lei.

45. (AOC/PC/ES/Escritório/2019) Considera-se crime culposos quando:

- a) o agente atinge o resultado delitivo requerido.
- b) o agente impede que resultado delitivo se conclua.
- c) o agente não quer o resultado delitivo, mas assume o risco de se realizar.
- d) o agente pratica a conduta por imperícia, imprudência ou negligência.
- e) o delito se agrava por resultado diverso do pretendido.

46. (AOC/PC/ES/Escritório/2019) Classifica-se como crime tentado quando, iniciada a execução, não se consuma:

- a) por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- b) por inabilidade do agente.
- c) por desistência do agente.
- d) pela deterioração do objeto.
- e) em razão da atipicidade da conduta.

47. (Vunesp/PC/BA/Escritório/2018) Dentro do tema do crime consumado e tentado, é correto afirmar que

- a) os crimes unissubsistentes admitem tentativa.
- b) os crimes omissivos impróprios consumam-se com a ação ou omissão prevista e punida na norma penal incriminadora.
- c) só haverá consumação do crime quando ocorre resultado naturalístico ou material.
- d) há tentativa cruenta quando o objeto material não é atingido, ou seja, o bem jurídico não é lesionado.
- e) não admitem tentativa os crimes de atentado ou de empreendimento.

48. (Vunesp/PC/BA/Escritório/2018) O agente, movido pelo desejo de vingança, decidiu amarrar quatro pessoas no interior de um automóvel, para depois atear fogo no veículo, o que resultou na morte de todas as vítimas. A hipótese narrada é denominada

- a) concurso material homogêneo.

- b) concurso formal próprio.
- c) concurso material heterogêneo.
- d) concurso formal impróprio.
- e) crime continuado.

49. (Vunesp/PC/SP/Investigador/2013) No que diz respeito ao conceito do crime, é correto afirmar que:

- a) é considerada como causa do crime a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido, sendo que a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação do crime quando, por si só, produziu o resultado.
- b) ao agente que tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância, não será imputado o crime se apenas omitiu-se, ainda que pudesse agir para evitar o resultado.
- c) se considera o crime tentado quando iniciada a preparação; este não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- d) para a caracterização da omissão penalmente relevante é suficiente que o agente tivesse o poder de agir para evitar o resultado do crime.
- e) se pune a tentativa se, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

50. (Funcab/PC/ES/Escritório/2013) Manoel estava cortando uma laranja com um canivete em seu sítio, distraído, quando seu primo, Paulo, por mera brincadeira, veio por trás e deu um grito. Em razão do susto, Manoel virou subitamente, ferindo Paulo no pescoço, provocando uma lesão que o levou a óbito. Logo, Manoel:

- a) não praticou crime, pois agiu por ato reflexo.
- b) praticou o crime de homicídio culposos.
- c) praticou o crime de homicídio doloso por dolo direto.
- d) praticou crime de homicídio doloso por dolo eventual.
- e) praticou crime de lesão corporal seguida de morte.

51. (Vunesp/PC/CE/Inspetor/2015) Nos termos do Código Penal considera-se causa do crime:

- a) a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- b) a ação ou omissão praticada pelo autor, independentemente da sua relação com o resultado.
- c) exclusivamente a ação ou omissão que mais se relaciona com a intenção do autor.
- d) a ação ou omissão praticada pelo autor, independentemente de qualquer causa superveniente.
- e) exclusivamente a ação ou omissão que mais contribui para o resultado.

52. (Vunesp/PC/SP/Técnico/2014) Médico devidamente contratado pela Administração pública e que está lotado em hospital público exige de familiar de paciente do Sistema Único de Saúde o pagamento de um valor indevido para a realização de uma cirurgia imprescindível. O familiar finge aquiescer com a exigência, mas ao sair do hospital aciona a autoridade policial e não efetua qualquer pagamento. Nesse caso, considerando as previsões do Código Penal, houve crime:

- a) tentado, pois não houve o pagamento, circunstância alheia à vontade do médico.
- b) culposos, porque o agente deu causa ao resultado por imprudência.
- c) impossível, por ineficácia absoluta do meio, já que a polícia foi acionada.
- d) tentado, pela superveniência de causa relativamente independente.
- e) consumado, pois o crime reuniu todos os elementos de sua definição legal.

53. (Fumarc/PC/MG/Analista/2013) Adamastor, valendo-se de sua arma de fogo e agindo com animus necandi, deferiu diversos tiros contra sua vítima, com o firme propósito de atingi-la. Entretanto, mesmo após deflagrar todos os projéteis de sua arma, Adamastor, por erro na pontaria, não conseguiu acertar nenhum deles, razão pela qual a vítima saiu totalmente ilesa do evento criminoso. Pelo exposto, é correto afirmar que Adamastor:

- praticou o crime de tentativa de lesão corporal.
- não praticou crime de tentativa de homicídio em razão da caracterização do crime impossível.
- praticou o crime de homicídio na forma tentada, caracterizando-se a denominada tentativa perfeita.
- praticou o crime de homicídio na forma tentada, caracterizando-se a denominada tentativa imperfeita.

54. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2013) Na definição de lugar do crime, para os efeitos de aplicação da lei penal brasileira, a expressão “onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado” diz respeito, respectivamente, à consumação e à tentativa.

55. (Cespe/PC/PE/Escrivão/2016) No que se refere a crime consumado e a crime tentado, assinale a opção correta:

- no “iter criminis”, a aquisição de uma corda a ser utilizada para amarrar a vítima que se pretende sequestrar é ato executório do crime de sequestro.
- os atos preparatórios de um crime de homicídio, a ser executado com o emprego de arma de fogo que possui a numeração raspada, não caracterizam a tentativa e não podem constituir crime autônomo.
- policiais surpreenderam João portando uma chave-mestra enquanto circulava próximo a uma loja no interior de um shopping center em atitude suspeita. Nesse caso, João responderá por tentativa de furto, pois, devido ao porte da chave-mestra, os policiais puderam inferir que ele pretendia furtar um veículo no estacionamento.
- José deu seis tiros em seu desafeto, que foi socorrido e sobreviveu, por circunstâncias alheias à vontade de José. Nesse caso, está configurada a tentativa imperfeita.
- Maria entrou em uma loja de cosméticos e furtou um frasco de creme hidratante, em um momento de descuido da vendedora. Nesse caso, a consumação do crime ocorreu com a mera detenção do bem subtraído.

56. (Vunesp/PC/CE/Escrivão/2015) Com relação à consumação e tentativa do crime, nos termos previstos no Código Penal, é correto afirmar que:

- diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem a maioria dos elementos de sua definição legal.
- diz-se o crime tentado quando não se exaure por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- diz-se o crime tentado quando, iniciada a cogitação, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem dois terços dos elementos de sua definição legal.

57. (Vunesp/PC/SP/Técnico/2014) Referente ao crime tentado, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado:

- diminuída de um terço.
- de forma idêntica.
- de forma proporcional.
- diminuída de um a dois terços.
- diminuída de dois terços.

58. (Vunesp/PC/SP/Investigador/2014) Durante as festividades de Natal de 2013, o motorista “A” dirigia o seu veículo pela Rodovia Presidente Dutra na velocidade de 90 km/h, num trecho em que a velocidade máxima permitida era de 110 km/h. Ao transitar por uma curva, veio a perder o controle de seu veículo, atropelando “B” e “C” que se encontravam num ponto de ônibus no acesso à cidade de Arujá. “B” faleceu no local e “C” foi socorrido em estado grave, permanecendo internado no hospital da cidade. Apenas com base nas informações contidas no caso descrito, há possibilidade de “A” ser responsabilizado, penalmente:

- por crime culposos consumado.
- por crime doloso consumado e tentado.
- por um crime doloso consumado e por outro crime culposos tentado.
- somente por crime tentado.
- por uma contravenção penal.

59. (Vunesp/PC/SP/Agente/2013) De acordo com o Código Penal, a execução iniciada de um crime, que não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, caracteriza o(a)

- arrependimento eficaz.
- arrependimento posterior.
- tentativa.
- crime frustrado.
- desistência voluntária.

60. (Vunesp/PC/SP/Auxiliar_Papiloscopista/2013) Com relação ao arrependimento posterior, é correto afirmar que:

- somente é aplicável aos crimes culposos.
- somente é aplicável aos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- é uma das causas excludentes de ilicitude.
- é aplicável como causa obrigatória de diminuição de pena, ainda que tenha havido dano pessoal e patrimonial à vítima.
- pode ser aplicável aos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, desde que o arrependimento seja espontâneo.

61. (FDRH/PC/RS/Escrivão/2013) Considere as afirmações abaixo a respeito do crime tentado e do crime impossível.

- nos casos dos institutos conhecidos como desistência voluntária e arrependimento eficaz, o sujeito ativo não responde pelo crime tentado, mas apenas pelos atos já praticados. Assim, a tentativa do crime desaparece, mas não desaparecem os delitos praticados em seu curso.
- a desistência voluntária somente é possível na tentativa imperfeita; já o arrependimento eficaz somente é possível na tentativa perfeita. Via de regra, a primeira consiste em uma omissão, enquanto a segunda, em uma ação impeditiva do resultado.
- é considerado crime impossível a hipótese de “flagrante esperado”, também denominado “crime de ensaio”, caso corriqueiro enfrentado na rotina policial.

Quais estão corretas?

- apenas a I.
- apenas a II.
- apenas a I e a II.
- apenas a II e a III.
- a I, a II e a III.

62. (Fumarc/PC/MG/Analista/2013) Em qual fase do “iter criminis” ocorre o arrependimento eficaz do agente?

- na fase dos atos preparatórios.
- depois de encerrada a fase de execução e antes da consumação.
- durante a realização dos atos executórios e antes da consumação.

d) durante a realização dos atos preparatórios e antes do início da execução.

63. (Vunesp/PC/SP/Investigador/2018) Quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impraticável consumar-se o crime, configura-se o instituto:

- a) da tentativa.
- b) do arrependimento eficaz.
- c) da desistência voluntária.
- d) do arrependimento posterior.
- e) do crime impossível.

64. (Vunesp/PC/SP/Escritório/2013) A hipótese do art. 121, § 5º do CP, doutrinariamente denominada de perdão judicial, aplica-se ao homicídio:

- a) cometido por relevante valor moral.
- b) culposo.
- c) privilegiado (caso de diminuição de pena).
- d) cometido sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- e) cometido por relevante valor social.

65. (Funcab/PC/ES/Escritório/2013) Um profissional foi contratado para cuidar de um homem muito idoso. Certo dia, deixou o idoso sentado em uma praça pública para pegar sol. Em determinado momento, o idoso saiu andando, pensando que tinha sido esquecido pelo cuidador. O cuidador ficou inerte ao ver o idoso cruzar a rua próxima, mesmo vendo avançar um veículo, que estava a toda marcha, concebendo-se, portanto, o propósito de deixá-lo morrer, o que ocorreu. O cuidador:

- a) não praticou crime algum, pois não houve nexo de causalidade da sua conduta e a morte do idoso.
- b) praticou crime de omissão de socorro, com pena triplicada pela morte.
- c) praticou crime de homicídio doloso na modalidade omissão imprópria.
- d) praticou o crime de omissão de socorro (artigo 135 do CP) na modalidade omissão imprópria.
- e) praticou crime de homicídio culposo na modalidade omissão própria.

66. (Cespe/PC/DF/Agente/2013) O crime culposo advém de uma conduta involuntária.

67. (Fumarc/PC/MG/Analista/2013) São elementos caracterizadores da culpa inconsciente, exceto:

- a) inobservância do cuidado objetivo.
- b) comportamento humano voluntário.
- c) produção de um resultado involuntário.
- d) assunção por parte do agente do provável resultado.

68. (Funcab/PC/PA/Investigador/2016) Sobre o crime culposo, é correto afirmar que:

- a) é dispensável a verificação do nexo de causalidade entre conduta e resultado.
- b) há culpa quando o sujeito ativo, voluntariamente, descumpra um dever de cuidado, provocando resultado criminoso por ele não desejado.
- c) encontra seu fundamento legal no artigo 18, I, do Código Penal.
- d) sua caracterização independe da previsibilidade objetiva do resultado.

e) se alguém atea fogo a um navio para receber o valor de contrato de seguro, embora saiba que com isso provocará a morte dos tripulantes, essas mortes serão reputadas culposas.

69. (Funcab/PC/RO/Escritório/2014) Assinale a alternativa correta:

- a) todos os crimes dispostos na parte especial do Código Penal preveem a forma dolosa e culposa do delito.
- b) o direito brasileiro não reconhece a figura da culpa imprópria.
- c) o dolo eventual não é admitido no direito brasileiro.
- d) o crime de lesão corporal seguido do resultado morte, disposto no artigo 129, § 3º, do Código Penal, é exemplo de crime preterdoloso.
- e) o crime culposo admite a figura da tentativa.

70. (Vunesp/PC/CE/Inspetor/2015) A previsão legal do Código Penal acerca do concurso formal de crimes dispõe que: “Quando o agente, (___), pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é (___) e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos”. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, o enunciado:

- a) mediante mais de uma ação ou omissão ... culposa.
- b) mediante mais de uma ação ou omissão ... dolosa.
- c) mediante uma só ação ou omissão ... culposa.
- d) mediante uma ou mais de uma ação ou omissão ... culposa.
- e) mediante uma só ação ou omissão ... dolosa.

71. (Vunesp/PC/SP/Técnico/2014) Condutor dirige seu veículo e vê seu maior desafeto atravessando a rua na faixa de pedestres. Estando próximo à faixa, o condutor, consciente, deliberada e intencionalmente, acelera seu veículo e o coloca na direção de seu desafeto, acabando por atropelá-lo e matá-lo. De acordo com o Código Penal, o crime cometido deve ser considerado:

- a) culposo porque o agente deu causa ao resultado por imperícia.
- b) doloso porque o agente não atentou para a faixa de pedestres.
- c) doloso porque o agente tinha intenção de matar seu desafeto.
- d) culposo porque o agente deu causa ao resultado por negligência.
- e) culposo porque o agente deu causa ao resultado por imprudência.

72. (Cespe/PC/BA/Investigador/2013) Considerando que, em determinada casa noturna, tenha ocorrido, durante a apresentação de espetáculo musical, incêndio acidental em decorrência do qual morreram centenas de pessoas e que a superlotação do local e a falta de saídas de emergência, entre outras irregularidades, tenham contribuído para esse resultado, a causa jurídica das mortes, nesse caso, pode ser atribuída a acidente ou a suicídio, descartando-se a possibilidade de homicídio, visto que não se pode supor que promotores, realizadores e apresentadores de shows em casas noturnas tenham, deliberadamente, intenção de matar o público presente.

73. (Vunesp/PC/SP/Agente/2013) No tocante aos crimes dolosos e culposos, assinale a alternativa correta:

- a) em tese, o homicídio culposo traz como consequência uma pena mais grave se comparada à pena do homicídio doloso.
- b) a negligência e a imperícia estão diretamente relacionadas ao crime culposo.
- c) todo e qualquer crime de trânsito que venha a causar a morte de alguém é considerado doloso.
- d) no crime doloso, a lei não pune a simples tentativa de cometê-lo, enquanto, no culposo, a tentativa é punida pela lei.
- e) o crime culposo caracteriza-se quando uma pessoa possui a vontade e a consciência de cometer um crime.

74. (Vunesp/PC/SP/Papiloscopista/2013) Aquele que assume o risco de produzir um resultado criminoso comete crime movido por:

- a) culpa.
- b) imprudência.
- c) dolo.
- d) imperícia.
- e) negligência.

75. (Vunesp/PC/SP/Investigador/2013) Em relação aos crimes dolosos e culposos, é correto afirmar:

- a) a culpa estará caracterizada se o agente previu o resultado e assumiu o risco de produzi-lo.
- b) o dolo estará caracterizado quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- c) a culpa consciente estará caracterizada quando o agente assumiu o risco de produzir o resultado do crime.
- d) o dolo estará caracterizado se o agente previu o resultado, mas não assumiu o risco de produzi-lo.
- e) com fundamento na parte geral do Código Penal, o agente será responsabilizado pela prática de crime culposos se praticar uma conduta prevista na lei como crime doloso, mas tenha agido com imprudência, imperícia ou negligência, independentemente da previsão legal do crime na modalidade culposa.

76. (Funcab/PC/ES/Escritório/2013) Em uma caçada, José Carlos viu um animal próximo do seu grande amigo Edson. Percebe que, atirando na caça, poderá acertar o companheiro, mas, por confiar em sua pontaria, atira e erra o animal, matando Edson. Assim, José Carlos:

- a) poderá ser condenado pelo crime de homicídio culposos, pela prática de culpa inconsciente.
- b) poderá ser condenado pelo crime de homicídio culposos, pela prática de culpa consciente.
- c) poderá ser condenado pelo crime de homicídio doloso, pela prática de dolo direto.
- d) poderá ser condenado pelo crime de homicídio doloso, pela prática de dolo eventual.
- e) não poderá ser condenado por crime algum, pois ocorreu um acidente.

77. (UEG/PC/GO/Escritório/2013) João, que nunca usou uma arma de fogo, manuseia uma e acaba por dispará-la, matando José, que a tudo assistia ao seu lado. Ao fazer isso, pratica uma conduta culposa:

- a) imprudente.
- b) negligente.
- c) imperita.
- d) inconsciente.

78. (Acafe/PC/SC/Agente/2014) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato criminoso para salvar de perigo atual, que tenha provocado por sua vontade, direito próprio ou alheio.
- b) é isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou embriaguez voluntária, era, ao tempo da ação ou da omissão, incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) a pena cumprida no estrangeiro é computada à pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas.

- d) o desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena e, se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
- e) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

79. (Fepese/PC/SC/Agente/2017) De acordo com o Código Penal, o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável:

- a) isenta o agente de pena.
- b) exclui a ilicitude do fato.
- c) é punível como crime culposos.
- d) é punível apenas com pena de detenção.
- e) desclassifica o crime para forma tentada.

80. (Funcab/PC/ES/Escritório/2013) Maria colocou um par de botas no sapateiro para consertar. Na ocasião, ela recebeu um comprovante da entrega das botas, contendo o preço, o prazo de entrega e uma observação em caixa alta e negrito, na qual constava que a mercadoria seria vendida para saldar a dívida do conserto, caso não viesse a ser retirada no prazo de três meses. Maria, por esquecimento, não retornou para saldar o conserto e retirar suas botas. Transcorridos os três meses, suas botas foram vendidas pelo sapateiro. Assim, o sapateiro:

- a) incidiu no erro de tipo venável.
- b) poderá responder pelo crime de estelionato.
- c) incidiu em erro de proibição.
- d) poderá responder pelo crime de furto.
- e) incidiu em erro de tipo invencível.

81. (Vunesp/PC/SP/Escritório/2018) A respeito dos artigos 13 ao 25 do Código Penal, é correto afirmar que:

- a) a redução da pena em virtude do arrependimento posterior aplica-se a todos os crimes, excepcionados apenas os cometidos com violência.
- b) o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena, considerando-se, no entanto, as condições ou qualidades da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime e não as da vítima.
- c) o agente que, por circunstâncias alheias à própria vontade, não prossegue na execução do crime, só responderá pelos atos já praticados.
- d) o dever de agir para evitar o resultado incumbe a quem tenha, por lei ou convenção social, obrigação de cuidado, proteção e vigilância.
- e) são excludentes da ilicitude o estado de necessidade e a legítima defesa, não sendo punível o excesso, se praticado por culpa.

82. (Aroeira/PC/TO/Agente/2014) Nos termos do Código Penal, o desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de:

- a) um terço à metade.
- b) um a dois terços.
- c) dois a três quintos.
- d) um sexto a um terço.

83. (Fepese/PC/SC/Escritório/2017) De acordo com o Código Penal o erro sobre o elemento constitutivo do tipo penal permite apenas a:

- a) exclusão da culpabilidade.
- b) materialização do crime impossível.
- c) redução da pena para crime tentado.
- d) prática do crime mediante concurso.
- e) punição por crime culposos, se previsto em lei.

84. (Fepese/PC/SC/Agente/2017) É correto afirmar sobre o erro de tipo:

- a) o erro sobre o elemento constitutivo do tipo legal exclui o dolo.
- b) o crime praticado com erro de tipo será desclassificado para a forma tentada.
- c) a prática de crime com erro de tipo somente é possível nos crimes dolosos contra a vida.
- d) não se admite o erro de tipo nos crimes contra a administração pública.
- e) o ato delituoso deverá ser apenado como contravenção quando presente o erro sobre o elemento constitutivo do tipo legal.

85. (Funcab/PC/RO/Escrivão/2014) O erro de tipo essencial invencível exclui:

- a) o dolo e a culpa.
- b) somente o dolo.
- c) somente a culpa.
- d) a potencial consciência da ilicitude.
- e) a culpabilidade.

86. (UEG/PC/GO/Escrivão/2013) João, ao sair do mercado, pega uma bicicleta idêntica à sua, que havia estacionado do lado de fora do estabelecimento, e deixa o local conduzindo-a. Ao fazer isso, incide em erro:

- a) de direito.
- b) na execução.
- c) de tipo.
- d) de proibição.

87. (Funcab/PC/PA/Investigador/2016) A fim de produzir prova em processo penal, o Juiz de Direito de determinada comarca encaminha requisição à Delegacia de Polícia local, ordenando que seja realizada busca domiciliar noturna na casa de um réu. O Delegado de Polícia designa, assim, uma equipe de agentes para o cumprimento da medida, sendo certo que um dos agentes questiona a legalidade do ato, dado o horário de seu cumprimento. O Delegado confirma a ilegalidade. No entanto, sustenta que a diligência deve ser realizada, uma vez que há imposição judicial para seu cumprimento. Com base apenas nas informações constantes do enunciado, caso os agentes efetivem a busca domiciliar noturna:

- a) não agirão criminosamente, uma vez que aluam no estrito cumprimento do dever legal.
- b) não agirão criminosamente, já que há mera obediência hierárquica.
- c) não agirão criminosamente, em virtude de coação moral irresistível.
- d) agirão criminosamente.
- e) não agirão criminosamente, pois amparados pelo estado de necessidade.

88. (Cespe/PC/MA/Investigador/2018) A prática de crime em decorrência de coação moral irresistível configura:

- a) inexigibilidade de conduta diversa.
- b) excludente de antijuridicidade.
- c) inimputabilidade penal.
- d) circunstância atenuante de pena.
- e) atipicidade da conduta.

89. (Funcab/PC/ES/Escrivão/2013) Joaquim, mediante um soco desferido contra o rosto da frágil Maria, obrigou-a a assinar um cheque no valor de R\$ 5.000,00, utilizando-o para saldar uma

dívida em um comércio, sabendo que não existia tal importância no banco. O cheque foi depositado e devolvido. Assim, Maria:

- a) praticou o crime de estelionato (fraude no pagamento por meio de cheque).
- b) não praticou crime, pois estava sob coação física irresistível.
- c) não praticou crime, pois estava sob coação moral irresistível.
- d) não praticou crime, pois estava sob estado de necessidade.
- e) não praticou crime, pois estava sob legítima defesa.

90. (Cespe/PC/GO/Agente/2016) A respeito da aplicação da lei penal e dos elementos e das causas de exclusão de culpabilidade, assinale a opção correta:

- a) o princípio da legalidade pode ser desdobrado em três: princípio da reserva legal, princípio da taxatividade e princípio da retroatividade como regra, a fim de garantir justiça na aplicação de qualquer norma.
- b) são excludentes de culpabilidade: inimputabilidade, coação física irresistível e obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal.
- c) se ordem não manifestamente ilegal for cumprida por subordinado e resultar em crime, apenas o superior responderá como autor mediato, ficando o subordinado isento por inexigibilidade de conduta diversa.
- d) emoção e paixão são causas excludentes de culpabilidade.
- e) em razão do princípio da legalidade, a analogia não pode ser usada em matéria penal.

91. (UESPI/PC/PI/Escrivão/2014) Pode-se afirmar que a situação abaixo, exclui a culpabilidade:

- a) o consentimento do ofendido em todos os crimes.
- b) ana deixou de dar leite ao seu bebê, recém-nascido.
- c) para não ser morto José atirou em Antônio.
- d) paixão e emoção.
- e) coação moral irresistível.

92. (Vunesp/PC/CE/Inspetor/2015) No tocante às disposições previstas no Código Penal relativas à culpabilidade, é correto afirmar que:

- a) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, é punível o autor da coação ou da ordem tendo o autor do fato a pena diminuída de um a dois terços.
- b) o fato cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, não excluiu a culpabilidade do autor do fato.
- c) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- d) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, mesmo que manifestamente ilegal, de superior hierárquico, é punível o autor da coação ou da ordem tendo o autor do fato a pena diminuída de um a dois terços.
- e) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, mesmo que manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

93. (Vunesp/PC/SP/Investigador/2013) Assinale a alternativa correta a respeito das excludentes de antijuridicidade previstas no Código Penal:

- a) ao agir em estrito cumprimento de dever legal, o agente não responderá pelo excesso culposos, e, sim, apenas pelo excesso doloso.
- b) considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que provocou por sua vontade e podia se

outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

- c) a alegação do estado de necessidade independe do fato de o agente ter o dever legal de enfrentar o perigo.
- d) em qualquer das hipóteses de excludente de antijuridicidade, previstas na Parte Geral do Código Penal, o agente responderá pelo excesso doloso ou culposo.
- e) para a caracterização da legítima defesa, basta que o agente demonstre ter repellido uma injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

94. (UEG/PC/GO/Escrivão/2013) O oficial de justiça que, acompanhando o cumprimento de uma ordem judicial de busca e apreensão pela polícia, diante da recusa do morador em facultar a entrada na residência, determina o arrombamento da porta pelos agentes policiais, atua em:

- a) estado de necessidade.
- b) obediência hierárquica.
- c) exercício regular de um direito.
- d) estrito cumprimento do dever legal.

95. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2013) Na teoria penal, o estado de necessidade se diferencia do estado de necessidade supralegal, haja vista, no primeiro, o bem sacrificado ser de menor valor que o do bem salvaguardado e, no segundo, o bem sacrificado ser de valor igual ou superior ao do bem salvaguardado. Na segunda hipótese, não estaria excluída a ilicitude da conduta, mas a culpabilidade.

96. (UEL/PC/PR/Escrivão/2018) A respeito das causas excludentes de ilicitude, assinale a alternativa correta:

- a) age sob a causa justificante do estrito cumprimento do dever legal, aquele que cumpre uma ordem de superior hierárquico, independentemente de sua eventual legalidade.
- b) conforme o Código Penal, quanto ao estado de necessidade, embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.
- c) considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo, atual ou próximo, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- d) o Código Penal prevê um rol taxativo, portanto exaustivo, das causas excludentes de ilicitude.
- e) para o reconhecimento da legítima defesa, a agressão injusta deve ser atual, pois o agente não pode ser beneficiado pela excludente se a agressão ainda não se iniciou.

97. (Vunesp/PC/CE/Escrivão/2015) Segundo o previsto no Código Penal, incorrerá na excludente de ilicitude denominada estado de necessidade aquele que:

- a) atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando não lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.
- b) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- c) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, era razoável exigir-se.
- d) tendo o dever legal de enfrentar o perigo, pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável se exigir.

- e) pratica o fato usando moderadamente dos meios necessários, para repelir injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

98. (Vunesp/PC/SP/Auxiliar_Papiloscopista/2013) Assinale a alternativa que, de forma mais completa, representa os elementos legais do conceito de estado de necessidade:

- a) perigo iminente, salvar direito próprio, dever legal de salvar do perigo.
- b) perigo iminente, salvar direito alheio, inexistência do dever legal de salvar do perigo.
- c) perigo atual, salvar direito próprio ou alheio, inexistência do dever legal de enfrentar o perigo.
- d) perigo futuro, salvar direito próprio ou alheio, dever legal de salvar do perigo.
- e) perigo atual, salvar direito próprio, inexistência do dever legal de salvar do perigo.

99. (Cespe/PC/BA/Escrivão/2013) O agente policial, ao submeter o preso aos procedimentos estabelecidos na lei, como, por exemplo, à identificação datiloscópica, quando autorizada, e ao reconhecimento de pessoas e de coisas, no curso do inquérito policial, encontra-se amparado pelo exercício regular de direito, respondendo criminalmente nos casos de excesso doloso ou culposo.

100. (FDRH/PC/RS/Escrivão/2013) Fulano, da janela de sua casa, avistou indivíduo apontando uma pistola para seu filho Beltrano, de 14 anos de idade, que retornava da escola. Imaginando tratar-se de um roubo, pegou sua espingarda de caça e, imediatamente, atirou contra o suposto assaltante, o qual, na verdade, era apenas um ator circense, fazendo brincadeiras na rua com os pedestres, com uma pistola d'água. Fulano errou o tiro e acertou, sem querer, o próprio filho, vindo a matá-lo. Assinale a alternativa que melhor define a situação jurídico-penal de Fulano:

- a) mesmo tendo errado o disparo, Fulano agiu em legítima defesa putativa de terceiro.
- b) fulano praticou homicídio doloso contra descendente.
- c) fulano agiu acobertado pelo instituto da legítima defesa real.
- d) fulano praticou homicídio doloso tentado em relação ao artista circense.
- e) pelo erro na execução, Fulano deve responder pela tentativa de homicídio em relação ao ator de rua e pelo homicídio culposo em relação a seu filho.

101. (Vunesp/PC/BA/Investigador/2018) O Código Penal, no art. 23, elenca as causas gerais ou genéricas de exclusão da ilicitude. Sobre tais excludentes, assinale a alternativa correta:

- a) morador não aceita que funcionário público, cumprindo ordem de juiz competente, adentre em sua residência para realizar busca e apreensão. Se o funcionário autorizar o arrombamento da porta e a entrada forçada, responderá pelo crime de violação de domicílio.
- b) o estrito cumprimento do dever legal é perfeitamente compatível com os crimes dolosos e culposos.
- c) para a configuração do estado de necessidade, o bem jurídico deve ser exposto a perigo atual ou iminente, não provocado voluntariamente pelo agente.
- d) o reconhecimento da legítima defesa pressupõe que seja demonstrado que o agente agiu contra agressão injusta atual ou iminente nos limites necessários para fazer cessar tal agressão.
- e) deve responder pelo crime de constrangimento ilegal aquele que não sendo autoridade policial prender agente em flagrante delito.

102. (Aroeira/PC/TO/Agente/2014) Para salvar sua vida, M. C. mata um cão feroz que, por instinto, o atacava. Neste caso, M. C. agiu acobertado pela seguinte excludente da ilicitude:

- a) legítima defesa.
- b) estado de necessidade.
- c) estrito cumprimento do dever legal.
- d) exercício regular de direito.

103. (Vunesp/PC/SP/Investigador/2014) Nos termos do Código Penal, “entende-se em (___) quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”. Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmação:

- a) estado de necessidade.
- b) estrito cumprimento de dever legal.
- c) legítima defesa.
- d) exercício regular de direito.
- e) coação irresistível.

104. (Cespe/PC/MA/Investigador/2018) Durante o cumprimento de um mandado de prisão a determinado indivíduo, este atirou em um investigador policial, o qual, revidando, atingiu fatalmente o agressor. Nessa situação hipotética, a conduta do investigador configura:

- a) legítima defesa própria.
- b) exercício regular de direito.
- c) estrito cumprimento do dever legal.
- d) homicídio doloso.
- e) homicídio culposo.

105. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2013) Henrique é dono de um feo cão de guarda, puro de origem e premiado em vários concursos, que vive trancado dentro de casa. Em determinado dia, esse cão escapou da coleira, pulou a cerca do jardim da casa de Henrique e atacou Lucas, um menino que brincava na calçada. Ato contínuo, José, tio de Lucas, como única forma de salvar a criança, matou o cão. Nessa situação hipotética, José agiu em legítima defesa de terceiro.

106. (Funcab/PC/ES/Escrivão/2013) Quanto à legítima defesa, marque a única alternativa correta:

- a) duas pessoas podem estar em legítima defesa real ao mesmo tempo.
- b) não cabe legítima defesa concomitante com o estado de necessidade.
- c) legítima defesa sucessiva ocorre quando alguém se defende do excesso de legítima defesa.
- d) não cabe legítima defesa real de legítima defesa putativa.
- e) a legítima defesa é causa de exclusão da culpabilidade.

107. (Funcab/PC/ES/Escrivão/2013) João, na véspera do seu aniversário de dezoito anos, ao sair de um baile foi cercado e agredido por seu desafeto Cláudio. João, que estava com uma faca escondida, desferiu dez facadas contra Cláudio, que veio a falecer após 40 dias internado em razão das facadas. Nesse caso:

- a) não houve tipicidade.
- b) não houve ilicitude.
- c) não houve culpabilidade.
- d) não houve punibilidade.
- e) houve a prática do crime de homicídio doloso.

108. (Vunesp/PC/SP/Investigador/2018) Aquele que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade,

nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se:

- a) comete crime, embora esteja amparado por causa excludente de culpabilidade.
- b) não comete crime, pois age amparado pelo estrito cumprimento do dever legal.
- c) comete crime, embora esteja amparado por causa excludente de punibilidade.
- d) não comete crime, pois age amparado pelo estado de necessidade.
- e) não comete crime, pois age amparado pela legítima defesa.

109. (Cespe/PC/MA/Escrivão/2018) Determinado policial, ao cumprir um mandado de prisão, teve de usar a força física para conter o acusado. Após a concretização do ato, o policial continuou a ser fisicamente agressivo, mesmo não havendo a necessidade. Nessa situação hipotética, o policial:

- a) excedeu o estrito cumprimento do dever legal.
- b) abusou do exercício regular de direito.
- c) prevaleceu-se de condição excludente de ilicitude.
- d) agiu sob o estado de necessidade.
- e) manifestou conduta típica de legítima defesa.

110. (Vunesp/PC/CE/Inspetor/2015) Com relação à legítima defesa, segundo o disposto no Código Penal, é correto afirmar que:

- a) um dos requisitos para sua caracterização consiste na exigência de que a repulsa à injusta agressão seja realizada contra direito seu, tendo em vista que se for praticada contra o direito alheio estar-se-á diante de estado de necessidade.
- b) considera-se em legítima defesa aquele que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- c) a legítima defesa não resta caracterizada se for praticada contra uma agressão justa, ainda que observados os demais requisitos para sua caracterização.
- d) um dos requisitos para sua caracterização consiste na necessidade de que a injusta agressão seja atual e não apenas iminente.
- e) o uso moderado dos meios necessários para repelir uma agressão consiste em um dos requisitos para caracterização da legítima defesa, ainda que essa agressão seja justa.

111. (IBFC/PC/RJ/Oficial/2013) Levando em conta o que sustenta a teoria tripartida do conceito analítico de crime, o fato típico, a antijuridicidade e a culpabilidade são tidos como elementos componentes da figura delituosa, sem os quais este ente jurídico-penal não se aperfeiçoa. Com fundamento na referida conceituação e em seus desdobramentos no direito penal, podemos afirmar corretamente que são causas supralegais de exclusão da tipicidade:

- a) inexigibilidade de conduta diversa e erro de tipo permissivo.
- b) coação moral irresistível e erro de proibição.
- c) insignificância da lesão ao bem jurídico e adequação social da conduta.
- d) embriaguez preordenada e obediência hierárquica.
- e) coação física irresistível e violenta emoção.

112. (Cespe/PC/PE/Agente/2016) Acerca das questões de tipicidade, ilicitude (ou antijuridicidade) e culpabilidade, bem como de suas respectivas excludentes, assinale a opção correta:

- a) a inexigibilidade de conduta diversa e a imputabilidade são causas excludentes de ilicitude.
- b) o erro de proibição é causa excludente de ilicitude.

- c) há excludente de ilicitude em casos de estado de necessidade, legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular do direito.
- d) há excludente de tipicidade em casos de estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular do direito e estrito cumprimento do dever legal.
- e) a inexigibilidade de conduta diversa e a inimputabilidade são causas excludentes de tipicidade.

113. (Funcab/PC/RO/Escrivão/2014) A legítima defesa é causa de exclusão da:

- a) conduta.
- b) imputabilidade.
- c) tipicidade.
- d) antijuridicidade.
- e) culpabilidade.

114. (Fepese/PC/SC/Escrivão/2017) De acordo com o Código Penal, é correto afirmar sobre a exclusão de ilicitude:

- a) a legítima defesa somente afastará a ilicitude da conduta quando se tratar da proteção de bem próprio do agente.
- b) considera-se em estado de necessidade quem necessite afastar uma agressão, atual ou iminente.
- c) aquele que tem o dever legal de enfrentar o perigo, não pode alegar estado de necessidade.
- d) a proteção de salvaguardar direito próprio ou alheio de perigo atual é tutelada por meio da legítima defesa.
- e) a exclusão de ilicitude afasta eventual responsabilização do agente por eventual excesso, apenas quando for culposo.

115. (Funcab/PC/ES/Escrivão/2013) Policiais foram verificar a procedência de informações de tráfico de drogas praticado em uma comunidade. Ao chegarem ao local, elementos começaram a disparar contra os policiais, ocasião em que o policial Godofredo fez um disparo com seu fuzil contra um dos elementos, que se encontrava prestes a atirar contra ele, vindo o meliante a morrer em decorrência das lesões produzidas pelo disparo de Godofredo. Assim, o policial Godofredo:

- a) não praticou crime, pois estava em estado de necessidade.
- b) não praticou crime, pois estava em legítima defesa.
- c) não praticou crime, pois estava em exercício regular do direito.
- d) não praticou crime, pois estava em estrito cumprimento do dever legal.
- e) praticou o crime de homicídio doloso, em face do tiro ser de fuzil.

116. (Vunesp/PC/SP/Papiloscopista/2013) Aquele que pratica fato típico para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, atuou em:

- a) legítima defesa putativa e, portanto, não cometeu crime.
- b) estado de necessidade e, portanto, terá a pena diminuída de 1 (um) a 2 (dois) terços.
- c) legítima defesa e, portanto, não cometeu crime.
- d) estado de necessidade e, portanto, não cometeu crime.
- e) legítima defesa e, portanto, terá a pena diminuída de 1 (um) a 2 (dois) terços.

117. (FGV/PC/MA/Escrivão/2012) Para que haja relevância penal a conduta típica deve ser exteriorizada seja de ordem comissiva seja de ordem omissiva. Com outras palavras, faz-se o que é

proibido ou não se faz o que era devido. Com relação ao tema, indique a afirmativa correta.

- a) o movimento reflexo, a hipnose e o sonambulismo não afastam a conduta.
- b) os crimes omissivos não admitem a forma tentada.
- c) os crimes omissivos exigem para a sua consumação resultado naturalístico.
- d) o art. 13, § 2º, do Código Penal ostenta a natureza de norma de extensão.
- e) o crime omissivo impróprio não admite participação ou coautoria, sendo caso de autoria colateral quando ambos os envolvidos tinham o dever de agir.

118. (MSConcursos/PC/PA/Investigador/2012) Jovelino Josaldo planejou a execução de sua esposa, grávida, pois tinha fortes suspeitas de que estava sendo traído por ela. No dia planejado para o homicídio, aguardou a vítima escondido e quando viu um vulto, executou o seu plano, desferindo cinco tiros na vítima, que faleceu no local. Contudo, ao certificar-se do falecimento da vítima, assustou-se ao ver que na verdade havia atirado em sua mãe. Diante do exposto, é correto afirmar que se trata de:

- a) “error in objecto”.
- b) “error in persona”.
- c) “aberratio ictus”.
- d) “aberratio causae”.
- e) “aberratio criminis”.

119. (Ipad/PC/AC/Agente/2012) Analise as seguintes assertivas, e assinale a alternativa correta.

- a) Quanto às teorias sobre a conduta penal, a doutrina formulou basicamente três correntes: a teoria causalista, a teoria social e a teoria moderada.
- b) A relação de causalidade é definida, doutrinariamente, como o evento, natural ou humano, que não possui qualquer ligação com o resultado criminoso, sendo, pois, atribuído ao acaso.
- c) A análise da tipicidade consiste na verificação quanto à periculosidade do agente frente à sociedade, quando, pois, o juiz indica ser necessária ou não a reprimenda penal.
- d) Aquele que atua com negligência pratica o crime sob a forma do dolo eventual.
- e) Para a caracterização do crime culposo exige-se, dentre outros requisitos, a conduta inicial voluntária, a violação de dever de cuidado e a previsibilidade objetiva do resultado.

120. (Ipad/PC/AC/Agente/2012) Aquele que assume os riscos de produzir o resultado criminoso pratica o delito sob a modalidade de:

- a) culpa consciente.
- b) culpa inconsciente.
- c) dolo direto.
- d) dolo eventual.
- e) preterdolo.

121. (Cespe/PC/AL/Agente/2012) Considerando-se a imputabilidade do acusado, é necessário que ele não entenda o caráter ilícito do ato que realizou e que não consiga, concomitantemente, determinar-se de acordo com esse entendimento.

122. (Ipad/PC/AC/Agente/2012) Constituem circunstâncias que excluam a ilicitude de conduta descrita na lei penal como típica, todas as alternativas abaixo, exceto:

- a) a legítima defesa.
- b) o estado de necessidade.
- c) a ausência de culpabilidade do agente.

- d) o estrito cumprimento de dever legal.
- e) o exercício regular de direito.

3. DA IMPUTABILIDADE PENAL

QUESTÕES OBJETIVAS

123. (Vunesp/PC/BA/Escrivão/2018) A respeito da imputabilidade penal, é correto afirmar que tal instituto

- a) figura como um dos elementos da culpabilidade.
- b) cuida da capacidade física do agente de praticar o ilícito.
- c) figura como um dos requisitos da punibilidade.
- d) não exclui da aplicação da lei penal fato praticado durante a embriaguez involuntária completa, proveniente de caso fortuito ou força maior.
- e) não exclui a menoridade (criança e adolescente) da aplicação da lei penal.

124. (Vunesp/PC/BA/Investigador/2018) De acordo com o Estatuto Penal brasileiro, são elementos da culpabilidade a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa. Sobre a imputabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) o conceito de imputabilidade penal compreende a capacidade mental do indivíduo, considerando-se apenas a sua idade ao tempo do crime.
- b) entre as causas de exclusão da imputabilidade, encontra-se a embriaguez completa ou incompleta, mas sempre voluntária.
- c) a legislação penal brasileira adotou o critério biopsicológico como aquele de aferição da imputabilidade, independentemente da idade do infrator ao tempo do fato.
- d) ao agente que, em virtude da perturbação da saúde mental, não for inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, poderá ser imposta pena como sanção, porém com redução de 1 (um) a 2/3 (dois terços).
- e) o agente que por embriaguez incompleta e voluntária não for, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato será isento de pena.

125. (Vunesp/PC/CE/Inspetor/2015) Nos termos do Código Penal, a imputabilidade penal é excluída pela:

- a) embriaguez completa e culposa que torna o autor, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, que torna o autor, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) emoção.
- d) paixão.
- e) embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, que privou o autor, ao tempo da ação ou da omissão, da plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

126. (Vunesp/PC/CE/Escrivão/2015) No tocante às disposições do Código Penal relativas à culpabilidade e imputabilidade, é correto afirmar que:

- a) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

- b) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) a embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal.
- d) a embriaguez voluntária pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal.
- e) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

127. (Vunesp/PC/SP/Oficial/2014) São penalmente inimputáveis os:

- a) maiores de dezesseis anos.
- b) menores de vinte e um anos.
- c) maiores de vinte e um anos.
- d) menores de dezoito anos.
- e) maiores de dezoito anos.

128. (UEL/PC/PR/Escrivão/2018) A respeito da culpabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) ao definir a menoridade penal como causa de inimputabilidade, o Código Penal brasileiro adotou o critério biopsicológico, pois, além da menoridade propriamente dita, deverá ficar comprovado que, no momento do fato, o agente não tinha condições de entender o caráter ilícito de sua própria conduta.
- b) conforme previsão do Código Penal brasileiro, a coação moral irresistível é causa de inimputabilidade penal, ficando o agente isento de pena.
- c) é isento de pena o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d) é isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- e) sobre a imputabilidade penal, o Código Penal brasileiro adotou o sistema denominado psicológico, o qual considera as condições psicológicas do agente no momento do fato, independentemente da existência de doença mental.

129. (Cespe/PC/DF/Agente/2013) A embriaguez completa pode dar causa à exclusão da imputabilidade penal, mas não descaracteriza a ilicitude do fato.

130. (Fepese/PC/SC/Agente/2017) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta acerca da imputabilidade penal:

- a) o menor de dezoito anos é isento de pena para todos os efeitos legais, quando demonstrado não entender o caráter ilícito do fato.
- b) a embriaguez, quando voluntária, afasta a imputabilidade do agente.
- c) a emoção, quando proveniente de caso fortuito, torna o agente inimputável se ao tempo da ação ou da omissão não possuía a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato.
- d) ao agir sob efeito da paixão, o agente terá reduzida a pena de um a dois terços.

- e) o agente que por doença mental, ao tempo da ação ou omissão, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato é isento de pena.

131. (Funcab/PC/PA/Investigador/2016) Cremilson foi denunciado pelo Ministério Público por ter praticado lesão corporal de natureza grave. No curso de ação penal, resta comprovado ser ele portador de enfermidade mental, o que determinou sua absolvição imprópria. Isso significa que Cremilson:

- não era, ao tempo da sentença, inteiramente capaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.
- não era, ao tempo da sentença, inteiramente capaz de compreender o caráter ilícito do fato, embora possuísse pela auto-determinação.
- era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.
- não era, ao tempo da ação, inteiramente capaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.
- era, ao tempo da sentença, inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.

132. (Cespe/PC/PE/Escrivão/2016) Em relação à imputabilidade penal, assinale a opção correta:

- João, namorado de Maria e por ela apaixonado, não aceitou a proposta dela de romper o compromisso afetivo porque ela iria estudar fora do país, e resolveu mantê-la em cárcere privado. Nessa situação, a atitude de João enseja o reconhecimento da inimputabilidade, já que o seu estado psíquico foi abalado pela paixão.
- na situação em que o agente, com o fim precípua de cometer um roubo, embriaga-se para ter coragem suficiente para a execução do ato, não se aplica a teoria da “actio libera in causa” ou da ação livre na causa.
- Elizeu ingeriu, sem saber, bebida alcoólica, pensando tratar-se de medicamento que costumava guardar em uma garrafa, e perdeu totalmente sua capacidade de entendimento e de auto-determinação. Em seguida, entrou em uma farmácia e praticou um furto. Nesse caso, Elizeu será isento de pena, por estar configurada a sua inimputabilidade.
- Paulo foi obrigado a ingerir álcool por coação física e moral irresistível, o que afetou parcialmente o controle sobre suas ações e o levou a esfáquear um antigo desafeto. Nesse caso, a retirada parcial da capacidade de entendimento e de autodeterminação de Paulo não enseja a redução da sua pena no caso de eventual condenação.
- em uma festa de aniversário, Elias, no intuito de perder a inibição e conquistar Maria, se embriagou e, devido ao seu estado, provocado pela imprudência na ingestão da bebida, agrediu fisicamente o aniversariante. Nessa situação, Elias não será punido pelo crime de lesões corporais por ausência total de sua capacidade de entendimento e de autodeterminação.

133. (Cespe/PC/PE/Agente/2016) Com relação a imputabilidade penal, assinale a opção correta. Nesse sentido, considere que a sigla ECA, sempre que empregada, se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a embriaguez, quando culposa, é causa excludente de imputabilidade.
- a emoção e a paixão são causas excludentes de imputabilidade, como pode ocorrer nos chamados crimes passionais.
- a embriaguez não exclui a imputabilidade, mesmo quando o agente se embriaga completamente em razão de caso fortuito ou força maior.

- d) são inimputáveis os menores de dezoito anos de idade, ficando eles, no entanto, sujeitos ao cumprimento de medidas socioeducativas e(ou) outras medidas previstas no ECA.

- e) são inimputáveis os menores de vinte e um anos de idade, ficando eles, no entanto, sujeitos ao cumprimento de medidas socioeducativas e(ou) outras medidas previstas no ECA.

134. (Aroeira/PC/TO/Agente/2014) É isento de pena o agente que, ao tempo da ação ou da omissão, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de embriaguez:

- voluntária, pelo álcool ou por substância de efeitos análogos.
- culposa, pelo álcool ou por substância de efeitos análogos.
- incompleta e preordenada.
- completa, proveniente de caso fortuito ou força maior.

135. (Aroeira/PC/TO/Agente/2014) O agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento:

- fica isento de pena.
- pode ter sua pena reduzida de um a dois terços.
- responde pelo crime na forma culposa.
- sofre pena integral.

136. (Funcab/PC/ES/Assistente/2013) Segundo o Código Penal, é penalmente inimputável o agente que:

- por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar – se de acordo com esse entendimento.
- tendo praticado crime culposos, for maior do que 70 anos quando da execução da sentença penal condenatória.
- praticar o crime movido por violenta emoção ou paixão, desde que causadas pela vítima na imediata ocasião anterior ao crime.
- por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar – se de acordo com esse entendimento.
- em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar – se de acordo com esse entendimento.

137. (Cespe/PC/MA/Escrivão/2018) A imputabilidade é definida como:

- a capacidade mental, inerente ao ser humano, de, ao tempo da ação ou da omissão, entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- a contrariedade entre o fato típico praticado por alguém e o ordenamento jurídico, capaz de lesionar ou expor a perigo de lesão bens jurídicos penalmente protegidos.
- a reprovabilidade ou o juízo de censura que incide sobre a formação e a exteriorização da vontade do responsável pela conduta criminosa.
- a obediência às formas e aos procedimentos exigidos na criação da lei penal e, principalmente, na elaboração de seu conteúdo normativo.
- a necessidade de que a conduta reprovável se encaixe no modelo descrito na lei penal vigente no momento da ação ou da omissão.

138. (UESPI/PC/PI/Agente/2018) Julgue os itens a seguir acerca da tipicidade, ilicitude, culpabilidade e punibilidade.

- I. não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade.
- II. extingue-se a punibilidade pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra a dignidade sexual.
- III. tipicidade é a conduta típica realizada.
- IV. para ser culpável, o agente deverá ser imputável.
 - a) somente estão corretos os itens I e II.
 - b) somente estão corretos os itens I e IV.
 - c) somente estão corretos os itens I, II e IV.
 - d) somente estão corretos os itens II e IV.
 - e) todos os itens estão corretos.

139. (UESPI/PC/PI/Agente/2012) Sobre imputabilidade penal, assinale a alternativa correta.

- a) A embriaguez involuntária, decorrente de caso fortuito ou força maior, necessariamente exclui a imputabilidade penal.
- b) A embriaguez voluntária é causa de aumento de até um terço da pena.
- c) A perturbação da saúde mental necessariamente exclui a imputabilidade penal.
- d) Somente aquele que seja interditado por sentença judicial é que se faz isento de pena, no âmbito da responsabilidade criminal.
- e) Nem sempre a perturbação da saúde mental é causa de exclusão da imputabilidade penal.

4. DO CONCURSO DE PESSOAS

SÚMULAS

STF Súmula 245. A imunidade parlamentar não se estende ao corréu sem essa prerrogativa.

QUESTÕES OBJETIVAS

140. (Vunesp/PC/BA/Escritório/2018) É requisito para a configuração do concurso de pessoas

- a) uma única conduta.
- b) a irrelevância causal das condutas.
- c) a identidade de crime para todos os envolvidos.
- d) a autoria incerta.
- e) o prévio ajuste entre os agentes.

141. (AOCPC/ES/Escritório/2019) Em relação ao concurso de agentes estabelecido no Código Penal, é correto afirmar que:

- a) todos respondem igualmente para o delito, independente da conduta realizada.
- b) as circunstâncias de caráter pessoal, como a menor idade, serão comunicadas a todos os integrantes da atividade delitiva.
- c) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- d) não há distinção entre partícipe e coautoria.
- e) o coautor que primeiro confessar o delito está isento de pena, independente do delito praticado.

142. (AOCPC/ES/Investigador/2019) Considerando as disposições do Código Penal em relação ao concurso de pessoas, assinale a alternativa incorreta:

- a) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- b) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

- c) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- d) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.
- e) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

143. (FCC/PC/AP/Agente/2017) Mário e Mauro combinam a prática de um crime de furto a uma residência. Contudo, sem que Mário saiba, Mauro arma-se de um revólver devidamente municiado. Ambos, então, ingressam na residência escolhida para subtrair os bens ali existentes. Enquanto Mário separava os objetos para subtração, Mauro é surpreendido com a presença de um dos moradores que, ao reagir a ação criminosa, acaba sendo morto por Mauro. Nesta hipótese:

- a) Mário e Mauro responderão pela prática de latrocínio.
- b) Mário e Mauro responderão pela prática de furto.
- c) Mário responderá pela prática de furto simples e Mauro responderá pela prática de furto qualificado.
- d) Mário responderá apenas pelo furto e Mauro responderá pela prática dos crimes de porte ilegal de arma de fogo, furto e homicídio.
- e) Mário responderá pela prática de furto e Mauro pelo crime de latrocínio.

144. (Cespe/PC/PE/Escritório/2016) A respeito do concurso de pessoas, assinale a opção correta:

- a) em relação à participação no concurso de pessoas, a legislação penal brasileira adota a teoria da acessoriedade mínima.
- b) José, gerente de loja, mesmo ciente de que um dos vendedores subtraía dinheiro do caixa, nada fez para impedir o crime, agindo sem liame subjetivo e intenção de obter vantagem econômica. Nessa situação, o gerente responderá em coautoria pelo crime de furto, com ação omissiva.
- c) em se tratando de crimes plurissubjetivos, como, por exemplo, o crime de rixa, não há que se falar em participação, já que a pluralidade de agentes integra o tipo penal: todos são autores.
- d) o motorista João e sua mulher, Maria, trafegavam por uma rodovia, quando ambos, deliberadamente, deixaram de prestar socorro a uma pessoa gravemente ferida, sem que houvesse risco pessoal para qualquer um deles. João foi instigado por Maria, que estava no banco do carona, a não parar o veículo, e, por fim, em acordo de vontades com Maria, assim efetivamente procedeu. Nessa situação, João responderá como autor pelo crime de omissão de socorro e Maria será tida como inimputável.
- e) haverá participação culposa em crime doloso na situação em que um médico, agindo com negligência, fornece ao enfermeiro substância letal para ser ministrada a um paciente, e o enfermeiro, embora percebendo o equívoco, decide ministrá-la com a intenção de matar o paciente.

145. (Cespe/PC/BA/Investigador/2013) No concurso de pessoas, a caracterização da coautoria fica condicionada, entre outros requisitos, ao prévio ajuste entre os agentes e à necessidade da prática de idêntico ato executivo e crime.

146. (Funcab/PC/RO/Escritório/2014) A utilização de um inimputável pelo autor intelectual de um crime para praticá-lo é denominado pela doutrina como:

- a) autoria mediata.
- b) participação por omissão.
- c) autoria incerta.

- d) participação de menor importância.
- e) autoria colateral.

147. (Funcab/PC/ES/Escrivão/2013) Cleverton, vulgarmente conhecido como “Pão com Ovo”, antigo traficante de drogas ilícitas, continuou a dar as ordens a sua quadrilha, mesmo estando encarcerado em um presídio de segurança máxima. Logo, “Pão com Ovo”:

- a) deve responder como autor intelectual do crime de tráfico de drogas, mesmo não praticando atos de execução deste crime.
- b) deve responder como partícipe por cumplicidade material do crime de tráfico de drogas, em face de não praticar atos de execução deste crime.
- c) deve responder como autor direito do crime de tráfico de drogas, mesmo não praticando atos de execução deste crime.
- d) deve responder como partícipe por cumplicidade intelectual do crime de tráfico de drogas, em face de não praticar atos de execução deste crime.
- e) não pode responder por crime algum, em face de estar preso.

148. (Ibade/PC/AC/Agente/2017) São elementos caracterizados do concurso de pessoas (coautoria e participação em sentido estrito), entre outros:

- a) liame subjetivo e pluralidade de infrações penais.
- b) liame subjetivo e relevância causal das condutas.
- c) pluralidade de agentes e pluralidade de infrações penais.
- d) acordo de vontades entre os agentes e relevância causal das condutas.
- e) pluralidade de agentes e acordo de vontades entre os agentes.

149. (UEPA/PC/PA/Investigador/2013) Indivíduo que se utiliza de crianças para subtrair bens e valores de pessoas distraídas, em via pública, responde por furto:

- a) como partícipe moral de menor importância, se a sua colaboração para o crime ficou meramente no plano psicológico.
- b) como autor direto, se foi dele a iniciativa e seria dele o proveito do crime.
- c) como partícipe material, já que auxiliou a execução material do crime por terceiros.
- d) como autor mediato, pois cometeu o crime se prevalecendo de executores inimputáveis.
- e) como autor colateral, já que a sua responsabilidade se baseia no Código Penal e a das crianças, no Estatuto da Criança e do Adolescente.

150. (Cespe/PC/DF/Agente/2013) Hugo e Ivo planejaram juntos o furto de uma residência. Sem o conhecimento de Hugo, Ivo levou consigo um revólver para garantir o sucesso da empreitada criminosa. Enquanto Hugo subtraía os bens do escritório, Ivo foi surpreendido na sala por um morador e acabou matando-o com um tiro. Nessa situação hipotética, Ivo responderá por latrocínio, e Hugo, apenas pelo crime de furto.

151. (Vunesp/PC/SP/Escrivão/2018) A respeito do concurso de pessoas, é correto afirmar que:

- a) Mévio e Caio, pelo ajuste da prática de furto à residência de Tício, uma vez descoberto o plano, serão punidos, ainda que o crime não chegue a ser tentado.
- b) Mévio e Caio, tendo furtado a residência dos pais de Caio, são isentos de pena, aplicando-se a ambos o perdão legal que exime de pena os crimes patrimoniais, cometidos sem violência, em detrimento de ascendentes.
- c) Mévio, tendo ajustado com Caio apenas a prática de furto à residência de Tício, responderá pelos demais crimes eventualmente praticados por Caio, ainda que não previsíveis.

d) Caio, empresário, ciente da condição de funcionário público de Mévio, tendo o auxiliado na prática de peculato-furto, não responderá pelo crime funcional, já que a condição pessoal de funcionário público de Mévio a ele não se comunica.

e) Mévio, pela participação de menor importância na prática de furto à residência de Tício, poderá ter a pena diminuída.

152. (Vunesp/PC/SP/Investigador/2018) No que diz respeito ao concurso de pessoas e às expressas regras do CP (arts. 29 a 31):

- a) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- b) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua punibilidade.
- c) aplica-se a mesma pena a todos os coautores, ainda que a participação seja de menor importância.
- d) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua voluntariedade.
- e) mesmo que o crime sequer seja tentado, o ajuste, a determinação ou a instigação e o auxílio sempre são puníveis.

153. (Vunesp/PC/BA/Investigador/2018) Sobre o concurso de pessoas e as previsões expressas da legislação penal, assinale a alternativa correta:

- a) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- b) se a participação for de menor importância, será aplicada atenuante genérica.
- c) ao concorrente que quis participar de crime menos grave, será aplicada a mesma pena do concorrente, diminuída, no entanto, de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço).
- d) as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime, são incomunicáveis aos coautores.
- e) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio são puníveis ainda que o crime não chegue a ser tentado.

154. (Funcab/PC/RO/Escrivão/2014) No que tange ao concurso de agentes, o Direito Penal brasileiro adotou, como regra, a teoria:

- a) clássica.
- b) unitária.
- c) dualista.
- d) pluralística.
- e) finalista.

155. (UEG/PC/GO/Escrivão/2013) Para que ocorra o concurso de pessoas, são indispensáveis:

- a) autoria.
- b) pluralidade de condutas, relevância causal de cada uma das ações.
- c) participação e coautoria.
- d) coautoria e autoria.

156. (Cespe/PC/PE/Agente/2016) Roberto, Pedro e Lucas planejaram furtar uma relojoaria. Para a consecução desse objetivo, eles passaram a vigiar a movimentação da loja durante algumas noites. Quando perceberam que o lugar era habitado pela proprietária, uma senhora de setenta anos de idade, que dormia, quase todos os dias, em um quarto nos fundos do estabelecimento, eles desistiram de seu plano. Certa noite depois dessa desistência, sem a ajuda de Roberto, quando passavam pela frente da loja, Pedro e Lucas perceberam que a proprietária não estava presente e decidiram, naquele momento, realizar o furto. Pedro ficou apenas vigiando de longe as imediações, e Lucas entrou na relojoaria com uma sacola, quebrou a máquina registradora, pegou o dinheiro ali depositado e alguns relógios, saiu em seguida, encontrou-se com Pedro e deu-lhe 10%

dos valores que conseguiu subtrair da loja. Na situação hipotética descrita no texto:

- a) Pedro e Lucas serão responsabilizados pelo mesmo tipo penal e terão necessariamente a mesma pena.
- b) o direito penal brasileiro não distingue autor e partícipe.
- c) Pedro, partícipe, terá pena mais grave que a de Lucas, autor do crime.
- d) Roberto será considerado partícipe e, por isso, poderá ser punido em concurso de pessoas pelo crime praticado.
- e) se a atuação de Pedro for tipificada como participação de menor importância, a pena dele poderá ser diminuída.

157. (Funcab/PC/PA/Investigador/2016) Sobre a participação em sentido estrito, é correto afirmar que:

- a) adota-se, no Brasil, a teoria de acessoriedade máxima.
- b) não há participação culposa em crime doloso.
- c) assume a condição de partícipe aquele que executa o crime, salvo quando adotada a teoria subjetiva.
- d) na teoria do domínio do fato, partícipe é a figura central do acontecer típico.
- e) o auxílio material é ato de participação em sentido estrito, ao passo em que a instigação é conduta de autor.

158. (UESPI/PC/PI/Agente/2018) Maria, propositadamente, deixa aberta a porta da casa em que é empregada doméstica, permitindo que Fausto subtraia bens do imóvel, uma tela de pintor renomado e joias de família. Romero vê, se aproveita da situação, e resolve aderir ao intento de Fausto, subtraindo, também, os objetos da residência, um porta revistas de metal e um conjunto de copos de vidro. Diante deste caso, é correto afirmar:

- a) quando há participação de dois ou mais agentes no cometimento do mesmo crime, a pena será a mesma para todos, não importando, o grau de maior ou menor participação.
- b) ficou configurado o concurso de pessoas, em razão do reconhecimento da prática da mesma infração por todos os agentes.
- c) caso Romero apenas tivesse estimulado Fausto ao cometimento do crime, não haveria concurso de pessoas, pois não há o que se falar em concorrência, quando uma pessoa comete uma conduta atípica e a outra, comete conduta típica, embora ocorram para o mesmo resultado.
- d) Maria não poderá responder pelo concurso de pessoas, uma vez que Maria apenas deixou a porta da casa aberta para Fausto, e este foi quem subtraiu os bens juntamente com Romero.
- e) no caso, não há o que se falar em concurso de agentes, uma vez que não houve prévio ajuste entre os mesmos. Afinal, Fausto e Romero nem se conheciam.

159. (Aroeira/PC/TO/Agente/2014) A. C., funcionário público, e I. R., desempregado, subtraem, para si próprios, computadores da repartição em que A. C. trabalha, valendo-se da facilidade proporcionada pela qualidade de funcionário de A. C. Sabendo-se que I. R. tinha ciência de que A. C. é funcionário público, I. R. deverá ser responsabilizado penalmente por:

- a) peculato.
- b) apropriação indébita.
- c) furto qualificado.
- d) prevaricação.

160. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2013) É possível, do ponto de vista jurídico-penal, participação por omissão em crime comissivo.

161. (Acafe/PC/SC/Agente/2014) De acordo com as disposições do Código Penal relativas ao concurso de pessoas, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. quem, de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- II. as circunstâncias e as condições de caráter pessoal se comunicam, salvo quando elementares do crime.
- III. o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, são puníveis, como se o crime fosse tentado.
- IV. se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste.
 - a) todas as afirmações estão corretas.
 - b) apenas I, II e III estão corretas.
 - c) apenas II e IV estão corretas.
 - d) apenas I e IV estão corretas.
 - e) todas as afirmações estão incorretas.

162. (Vunesp/PC/CE/Inspetor/2015) No que diz respeito ao concurso de pessoas, segundo as disposições previstas no Código Penal, é correto afirmar que:

- a) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
- b) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente se quis participar de crime menos grave.
- c) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime, apesar de iniciada a execução, não chega a ser consumado.
- d) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- e) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

163. (MSConcursos/PC/PA/Investigador/2012) Concurso de delinquentes (“concursum delinquentium”) ou codelinquência implicam na concorrência de duas ou mais pessoas para o cometimento de um ilícito penal. Não há que se confundir o “concursum delinquentium” (concurso de pessoas) com o “concursum delictorum” (concurso de crimes) nem tampouco com o “concursum normarum” (concurso de normas penais), pois trata-se de institutos penais totalmente distintos, muito embora possam vir a se relacionar. Sobre requisitos, é correto afirmar que

- a) no que tange a pluralidade de condutas sempre haverá uma principal e outra acessória, mínimo exigido para o concurso.
- b) não é imprescindível a unidade de desígnios no que tange ao liame subjetivo.
- c) em relação à identidade de infração para todos, em regra, todos devem responder pelo mesmo crime, salvo as exceções pluralísticas.
- d) em casos em que o agente não concorreu para nada, pode se afirmar que se trata de relevância causal.
- e) também é considerado requisito do concurso de pessoas o auxílio.

164. (MSConcursos/PC/PA/Investigador/2012) A participação é a atividade acessória daquele que colabora para a conduta do autor com a prática de uma ação que, em si mesma, não é penalmente relevante, ou seja, o partícipe não é aquele que realiza a conduta

típica, e sim contribui de alguma forma para o crime acontecer. Sobre isso, assinale a alternativa correta:

- É chamada de participação impunível quando o fato principal não chega a ingressar em sua fase executória. Como antes disso o fato não pode ser punido, a participação também restará impune. Sendo assim, o auxílio, a instigação e o induzimento são atípicos na fase preparatória.
- A participação por omissão é chamada de negativa e não existe o dever jurídico de agir no caso em tela.
- O caso em que o partícipe induz o autor a praticar um crime e depois o auxilia é chamado de participação de participação.
- São consideradas formas de participação: moral, material e imoral.
- O executor é considerado mandante porque ele realizou o verbo do tipo, e o autor principal atua como partícipe, pela instigação, induzimento ou auxílio.

165. (FGV/PC/MA/Escritório/2012) Com relação ao concurso de pessoas, assinale a afirmativa incorreta.

- Para a teoria da acessoriedade mínima para que haja participação punível basta que o autor tenha praticado uma conduta típica; para a da acessoriedade temperada, adotada pela maioria da doutrina, basta que a conduta do autor seja típica e ilícita; para a da acessoriedade máxima se exige que a conduta do autor seja típica, ilícita e culpável.
- Para a doutrina majoritária, se o executor desiste voluntariamente da consumação do crime ou impede que o resultado se produza, responderá apenas pelos atos já praticados, beneficiando-se dessa circunstância os vários partícipes, nos termos dos artigos 15 e 29 do Código Penal.
- São requisitos para o concurso de pessoas: pluralidade de agentes e de condutas; relevância causal de cada conduta; liame subjetivo entre os agentes e identidade de infração penal.
- É possível a participação em delitos de mão própria.
- Demonstrado que um dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste com o aumento de metade, se previsível o resultado mais grave.

5. DAS PENAS

SÚMULAS

1) Das Espécies

STF Súmula Vinculante 26. Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.

STF Súmula 716. Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

STF Súmula 717. Não impede a progressão de regime de execução da pena, fixada em sentença não transitada em julgado, o fato de o réu se encontrar em prisão especial.

STF Súmula 718. A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

STF Súmula 719. A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.

STJ Súmula 269. É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.

STJ Súmula 440. Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

STJ Súmula 493. É inadmissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto.

STJ Súmula 588. A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

2) Da Cominação/Aplicação

2.1) Circunstâncias Agravantes e Atenuantes

STJ Súmula 231. A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

STJ Súmula 241. A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.

STJ Súmula 442. É inadmissível aplicar, no furto qualificado, pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.

STJ Súmula 443. O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

STJ Súmula 444. É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

STJ Súmula 545. Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal.

STJ Súmula 636. A folha de antecedentes criminais é documento suficiente a comprovar os maus antecedentes e a reincidência.

2.2) Regime Prisional

STJ Súmula 269. É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.

STJ Súmula 440. Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

2.3) Substituição da Pena

STJ Súmula 171. Cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativa de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa.

STJ Súmula 493. É inadmissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto.

2.4) Suspensão Condicional do Processo

STJ Súmula 243. O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.

STJ Súmula 337. É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.

2.5) Outros Temas

STF Súmula 715. A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.

STJ Súmula 74. Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil.

STJ Súmula 501. É cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n. 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis.

3) Do Livramento Condicional

STF Súmula 715. A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.

STJ Súmula 441. A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

STJ Súmula 617. A ausência de suspensão ou revogação do livramento condicional antes do término do período de prova enseja a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena.

4) Das Medidas de Segurança

STJ Súmula 527. O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.

INFORMATIVOS

STF Ações penais em andamento e causa de diminuição da pena. O Pleno do Supremo, no julgamento do RO 591.054, assentou a neutralidade, na definição dos antecedentes, de inquiridos ou processos em tramitação, considerado o princípio constitucional da não culpabilidade. Revela-se inviável concluir pela dedicação do acusado a atividades criminosas, afastando-se a incidência da causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei 11.343/06, considerado processo-crime em tramitação. HC 173806/MG, rel. min. Marco Aurélio, j. 18.2.2020. 1º T. (Info 967).

STF Tráfico privilegiado e regime inicial de cumprimento de pena. A fixação do regime inicial de cumprimento da pena não está atrelada, de modo absoluto, ao quantum da sanção corporal aplicada, devendo-se considerar as especiais circunstâncias do caso concreto. Assim, a imposição ao condenado de regime mais gravoso do que o recomendado nas alíneas do § 2º do art. 33 do CP deve ser adequadamente fundamentada. Entendimento que se amolda à Súm. 719. A motivação apresentada pela instância antecedente não se mostra apta a justificar o agravamento do regime prisional, sobretudo se consideradas as circunstâncias e condições em que se desenvolveu a ação, assim como o fato de que houve o reconhecimento do denominado tráfico privilegiado, com aplicação da fração máxima de 2/3. HC 163231, red. p/ ac. min. Alexandre de Moraes, j. 25.6.2019. 1º T. (Info 945).

STJ Dosimetria da pena. Múltiplas condenações anteriores transitadas em julgado. Maus antecedentes. Personalidade. Conduta Social. Valoração negativa. Fundamentação inidônea. Eventuais condenações criminais do réu transitadas em julgado e não utilizadas para caracterizar a reincidência somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização também para desvalorar a personalidade ou a conduta social do agente. EAREsp 1.311.636, rel. min. Reynaldo Soares da Fonseca, 26.4.2019. 3ª S. (Info 647).

STJ Dosimetria da pena. Condenação anterior transitada em julgado. Personalidade do Agente. Valoração negativa. Fundamentação inidônea. A existência de condenações definitivas anteriores não se presta a fundamentar a exasperação da pena-base como personalidade voltada para o crime. HC 472.654, rel. min. Laurita Vaz, 11.3.2019. 6ª T. (Info 643).

STJ Dosimetria da pena. Art. 59 do CP. Condenação anterior com trânsito em julgado. Negativação da conduta social. Impossibilidade. Modificação de entendimento. Não é possível a utilização de condenações anteriores com trânsito em julgado como fundamento para negatar a conduta social. REsp 1.760.972, rel. min. Sebastião Reis Júnior, 4.12.2018. 6ª T. (Info 639).

STJ Dosimetria da pena. Registros criminais anteriores nominados de conduta social. Atecnia. Correção. Maus antecedentes. Dado desabonador. Não afastamento. Exasperamento da pena. Demonstrada mera falta de técnica na sentença, o “habeas corpus” pode ser deferido para nominar de forma correta os registros pretéritos da paciente, doravante chamados de maus antecedentes, e não de conduta social, sem afastar, todavia, o dado desabonador que, concretamente, existe nos autos e justifica diferenciada individualização da pena. HC 501.144, rel. min. Rogério Schietti Cruz, 6ª T, DJ 17.3.2020. (Info 669).

STJ Livramento condicional. Descumprimento das condições. Requisito subjetivo. Concessão de indulto. Não impedimento. O descumprimento das condições impostas para o livramento condicional não pode ser invocado para impedir a concessão do indulto, a título de não preenchimento do requisito subjetivo. AgRg no HC 537.982, rel. min. Jorge Mussi, 5ª T, DJ 20.4.2020. (Info 670).

QUESTÕES OBJETIVAS

166. (AOCPC/PC/ES/Escritório/2019) Em relação às espécies de penas aplicadas pelo Direito Penal, tem-se:

- privativa de liberdades; restritivas de direitos e de multa.
- privativa de liberdades e de multa.
- privativa de liberdade; restritiva de direitos; cesta básica e de multa.
- privativa de liberdade; trabalho forçado e de cesta básica.
- privativa de liberdade e restritivas de direito.

167. (AOCPC/PC/ES/Escritório/2019) Para efeitos de reincidência em conformidade com o disposto no Código Penal, considera-se reincidente o sujeito que tenha cometido novo crime:

- depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior, cujo período entre o cumprimento ou a extinção da pena não exceda a 5 anos em relação ao novo delito.
- depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior, cujo período entre o cumprimento ou a extinção da pena não exceda a 10 anos em relação ao novo delito.
- antes de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior, cujo período entre o cumprimento ou a extinção da pena não exceda a 5 anos em relação ao novo delito.
- depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior, cujo período entre o cumprimento ou a extinção da pena não exceda a 3 anos em relação ao novo delito.
- depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior, independentemente do tempo que tenha ocorrido entre o cumprimento ou a extinção da pena em relação ao novo delito.

168. (Fumarc/PC/MG/Técnico/2013) São penas que podem ser adotadas pelo Brasil, exceto:

- de perda de bens.
- de trabalhos forçados.
- de privação ou de restrição da liberdade.
- de morte, em caso de guerra declarada, na forma do art. 84, XIX.

169. (Aroeira/PC/TO/Agente/2014) Dentre as penas restritivas de direitos previstas na Parte Geral do Código Penal está a prestação pecuniária, que consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a:

- um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos.
- doze salários mínimos nem superior a trezentos e sessenta e cinco salários mínimos.
- meio salário mínimo nem superior a cento e oitenta salários mínimos.
- dois salários mínimos nem superior a duzentos e cinquenta salários mínimos.

170. (Funcab/PC/ES/Escritório/2013) Acerca da “detração”, é correto o que se afirma na alternativa:

- a cada três dias trabalhados no sistema prisional, computam-se, além desses três dias de pena cumprida, mais um, para o preso que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto.
- é a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, pelo tempo da pena aplicada.
- é o cômputo, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, do tempo de prisão provisória e o de internação em hospital ou manicômio.
- consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por 5 horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.
- é todo fato ou dado que se encontra em redor do delito; é um dado eventual, que pode existir ou não, sem que o crime seja excluído.

171. (Cespe/PC/BA/Investigador/2013) Considere a seguinte situação hipotética. Juca, maior, capaz, na saída de um estádio de

futebol, tendo encontrado diversos desafetos embarcados em um veículo de transporte regular, aproveitou-se da oportunidade e lançou uma única bomba incendiária contra o automóvel, causando graves lesões em diversas vítimas e a morte de uma delas. Nesse caso, Juca será apenado com base no concurso formal imperfeito ou impróprio.

172. (Vunesp/PC/SP/Escrivão/2018) Tendo em vista as normas referentes ao concurso de crimes, previstas no Código Penal, assinale a alternativa correta:

- no crime continuado, que se caracteriza quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, aplicar-se-á a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços).
- no concurso formal, que se caracteriza quando o agente, mediante duas ou mais ações, pratica 2 (dois) ou mais crimes, aplicar-se-á a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/6 (um sexto) até a metade.
- no crime continuado, tratando-se de crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, será aumentada, até o dobro.
- no concurso material, que se caracteriza quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica 2 (dois) ou mais crimes, aplicar-se-á a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/6 (um sexto) até a metade.
- no concurso formal, que se caracteriza quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica 2 (dois) ou mais crimes, aplicar-se-á a pena dos crimes, cumulativamente, se se tratar de ação ou omissão dolosa e os crimes concorrentes resultem de desígnios autônomos.

173. (Vunesp/PC/BA/Investigador/2018) Quando o agente, mediante mais de 1 (uma) ação ou omissão, pratica 2 (dois) ou mais crimes, verifica-se o instituto do concurso de crimes, que pode ser formal ou material, a depender da unidade ou da pluralidade de condutas. Sobre o tema, o Código Penal estabelece que:

- na hipótese de concurso material, quando ao agente tiver sido aplicada pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais crimes será cabível a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- na hipótese de concurso formal imperfeito ou impróprio, aplica-se o sistema de exasperação da pena, independentemente da quantidade de condenação.
- quando forem aplicadas penas restritivas de direitos, será possível ao condenado cumpri-lás de forma simultânea, desde que compatíveis entre si.
- se entende por concurso formal próprio ou perfeito aquele em que o agente pratica mais de uma conduta, mas na presença de desígnios autônomos, ou seja, a vontade de atingir mais de um resultado.
- no caso de concurso material, sendo o agente condenado cumulativamente a pena de reclusão e detenção, executa-se primeiro a de detenção.

174. (Vunesp/PC/CE/Escrivão/2015) Sobre o concurso material de crimes, o Código Penal estabelece que:

- quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

- quando o agente, mediante uma só omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
- quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até dois terços.
- quando o agente, mediante uma só ação, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
- quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

175. (Cespe/PC/MA/Investigador/2018) Em determinada noite, Pedro arrombou a porta de um centro comercial e subtraiu vários itens de vestuário de oito lojas, de diferentes proprietários. Nessa situação hipotética, se descoberta a conduta de Pedro, ele deverá responder pelos furtos:

- como crime habitual.
- como crime continuado.
- como crimes autônomos.
- em concurso formal.
- como crime permanente.

176. (Cespe/PC/BA/Escrivão/2013) No que diz respeito ao concurso de crimes, o direito brasileiro adota o sistema do cúmulo material e o da exasperação na aplicação da pena.

177. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2013) Vicente, que não tem prática no uso de arma de fogo, disparou vários tiros contra Rodrigo, que estava próximo de Manoel, sabendo que poderia atingir os dois. Vicente tinha a intenção de matar Rodrigo e, para tanto, não se importava com a morte previsível de Manoel. Após os disparos, ambos foram atingidos, e apenas Rodrigo sobreviveu. Nessa situação, não há elementos legais suficientes para se falar em concurso formal de crimes.

178. (FCC/PC/AP/Agente/2017) Patrícia, ao visitar seu companheiro Jorge, que cumpre pena em regime fechado pela prática de crime de roubo, tenta ingressar no estabelecimento prisional trazendo consigo um aparelho de telefone celular que seria entregue a Jorge, ocasião em que é surpreendida pelos agentes penitenciários no momento da revista. Considerando a situação hipotética:

- o fato praticado por Patrícia é atípico.
- Patrícia não praticou qualquer crime.
- Patrícia não praticou qualquer crime. Jorge, contudo, praticou falta grave prevista na Lei de Execuções Penais.
- Patrícia, embora tenha praticado fato típico, previsto no Código Penal, por ser companheira de Jorge, é isenta de pena.
- o fato praticado por Patrícia é crime punido com detenção.

179. (Acafe/PC/SC/Agente/2014) Observadas as disposições do Código Penal referentes à aplicação da pena, analise as afirmações a seguir.

- no concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente.
- são circunstâncias que sempre atenuam a pena, ter o agente desconhecimento da lei, bem como cometido o crime por motivo de relevante valor social ou morai.
- quando forem aplicadas penas restritivas de direitos, o condenado cumprirá simultânea mente as que forem compatíveis entre si e sucessivamente às demais.